



## O estatuto da sintaxe na fala: considerações acerca da proposta da Language Into Act Theory

### *The status of syntax in speech: comments on the Language Into Act Theory proposal*

Luis Filipe Lima e Silva

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais / Brasil

luisf.1397@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0188-2861>

**Resumo:** *A Language into Act Theory* (CRESTI, 2000) é uma teoria pragmática *corpus-driven* da fala espontânea. Ela individualiza o enunciado como a unidade de referência da fala, sendo este definido como a menor unidade linguística que possui autonomia pragmática e interpretabilidade em isolamento. Essa teoria considera que a prosódia é responsável por delimitar não só o enunciado, mas também as ilocuções (AUSTIN, 1962) e a estrutura informacional, que se desenvolve a partir de unidades tonais. Cada unidade tonal, a princípio, corresponde a uma unidade informacional, no nível pragmático. De acordo com Cresti (2014), o domínio de atuação da sintaxe estaria restrito às unidades informacionais, resultando na formação do que a autora denomina como ilhas sintático-semânticas. Neste trabalho, apresenta-se uma discussão acerca dessa abordagem. Através da exposição de dados empíricos oriundos de *corpora*, bem como de dados de línguas tipologicamente variadas, é desenvolvida uma argumentação que aponta para a possibilidade de que as relações sintáticas entre os elementos distribuídos ao longo de duas ou mais unidades informacionais possam ultrapassar as fronteiras dessas unidades. Dados de predicação, subordinação, coordenação, negação e marcas de caso servem para ilustrar essa assunção, na medida em que essas relações não são interrompidas devido à presença de uma quebra prosódica com valor informacional. Busca-se distinguir, portanto, dois níveis em interface, mas não em isomorfia: o prosódico-pragmático e o sintático. Defende-se que a sintaxe da fala seria melhor explorada por meio de critérios de análise probabilísticos.

**Palavras-chave:** sintaxe da fala; categorias sintáticas; prosódia; pragmática.

**Abstract:** Language into Act Theory (CRESTI, 2000) is a pragmatic corpus-driven theory of spontaneous speech. The utterance is individuated as the reference unit of speech. It is defined as the smallest linguistic unit with pragmatic autonomy and interpretability in isolation. This theory states that prosody delimits the utterance, illocutions (AUSTIN, 1962) and information structure, that develops from tonal units. Each tonal unit corresponds in principle to an information unit at the pragmatic level. According to Cresti (2014), the domain of syntax would be constrained to the information units, resulting in the establishment of what the author calls syntactic-semantic islands. In this paper, we present a discussion about this approach. Through exposition of empirical data from corpora, as well as from languages of typologically varied languages, we argue on the possibility that the syntactic relations between the elements distributed along two or more information units may exceed the boundaries of such units. Data on predication, subordination, coordination, negation, and case markers illustrates this assumption, insofar as these relationships are not disrupted by the presence of a prosodic break carrying information value. Therefore, two interface levels must be distinguished, but they are not isomorphic: the prosodic-pragmatic and the syntactic levels. We argue that spoken syntax would be better studied by means of probabilistic criteria.

**Keywords:** spoken syntax; syntactic categories; prosody; pragmatics.

Recebido em 11 de abril de 2019

Aceito em 11 de outubro de 2019

## Introdução

A variedade oral espontânea do discurso é, sem dúvidas, um campo fértil de pesquisas. Isso se deve ao fato de que seu estudo seja recente – considerando a evolução e o desenvolvimento dos estudos linguísticos ao longo dos séculos. A compilação de *corpora* orais só é possível com o avanço tecnológico que permita realizar o registro da fala. E é somente na segunda metade do século XX que surgem os chamados *corpora* de fala espontânea, representando inicialmente a língua inglesa (cf. MELLO, 2012, 2014). Consequentemente, o estudo da sintaxe da fala tem início nesse período, embora num primeiro momento a prosódia – componente crucial na produção da fala – não tenha sido explorada efetivamente para a compreensão da interação que existe com o componente sintático.

Neste trabalho, analisar-se-á a abordagem da *Language into Act Theory* [L-Act] (CRESTI, 2000; MONEGLIA; RASO, 2014) para a sintaxe da fala. Essa teoria considera que a prosódia é responsável por delimitar a unidade de referência da fala, as ilocuições (AUSTIN, 1962)

e a estrutura informacional do enunciado. O postulado-chave da proposta da L-AcT é o de que há uma isomorfia entre a forma como a estrutura informacional se desenvolve e as unidades sintáticas distribuídas dentro desse modelo, ou seja, a localidade sintática operaria apenas dentro das unidades pragmáticas que compõem a estrutura informacional do enunciado. Tal postulado será analisado com base em uma ampla discussão embasada num conjunto de dados oriundos de *corpora* e de trabalhos já publicados, a fim de que seja verificado empiricamente e tipologicamente.

Este trabalho está organizado da seguinte forma. Na seção 1, os pressupostos teóricos elementares da L-AcT são introduzidos. Na seção 2, apresenta-se a abordagem dessa teoria para o estudo da sintaxe da fala. Em seguida, na seção 3, tal abordagem é problematizada com vários dados que constituem contraexemplos à proposta. Na seção 4, complementam-se à análise qualitativa conduzida na seção anterior reflexões relacionadas aos problemas encontrados na proposta da L-AcT, defendendo-se a alternativa probabilística de análise da sintaxe da fala. Por fim, as considerações finais são apresentadas.

## 1 A *Language into Act Theory*

A *Language into Act Theory* (L-AcT) é uma teoria pragmática *corpus-driven* da fala espontânea (CRESTI, 2000; MONEGLIA; RASO, 2014). Suas assunções teóricas são oriundas da observação e da investigação de dados empíricos extraídos de *corpora* comparáveis: o projeto C-ORAL-ROM (CRESTI; MONEGLIA, 2005), que compõe *corpora* das principais línguas românicas faladas na Europa – espanhol, francês, italiano e português; e o projeto C-ORAL-BRASIL, que compõe *corpora* do português brasileiro (RASO; MELLO, 2012). De acordo com essa teoria, o enunciado é a unidade de referência da fala e se define como a menor unidade linguística da fala interpretável pragmática e prosodicamente em autonomia. Ele deve também veicular, por definição, um ato de fala (AUSTIN, 1962). A identificação do enunciado no fluxo da fala se dá através da percepção de um tipo de fronteira de unidade tonal (CRYSTAL, 1975) denominado por quebra prosódica terminal (MONEGLIA; CRESTI, 1997). A autonomia pragmática é conferida pela junção da veiculação de um ato de fala e da realização de uma unidade tonal com perfil terminal. Essa junção corresponde, no nível pragmático-informacional, à principal unidade do enunciado – o Comentário. É

preciso mencionar que existem unidades tonais não autônomas que podem compor parte do enunciado. Nesse caso, essas unidades não veiculam uma ilocução, elas estão relacionadas à estrutura informacional do enunciado (cf. TABELA 1). Também há casos em que uma sequência que veicula uma ilocução não apresenta um perfil prosódico terminal. Esses últimos casos se referem às unidades de Comentário Múltiplo e de Comentário Ligado, que serão explicadas ainda nesta seção.

No fluxo da fala, há variações de ordem prosódica que marcam quebras prosódicas. Essas quebras podem ter um valor percebido como conclusivo ou não (KARCEVSKY, 1931; CRYSTAL, 1975). Caso uma quebra apresente um valor conclusivo, ela será denominada como uma quebra terminal. Caso ela não apresente um valor conclusivo, ela será chamada de quebra não-terminal. As quebras terminais indicam o fim do enunciado, ao passo que as quebras não-terminais segmentam o enunciado em unidades internas. Dessa forma, todo enunciado possui uma quebra terminal, contudo nem todos possuirão quebras não-terminais. Considere os seguintes exemplos:<sup>1</sup>

Exemplo 1.1 – bfamcv01

\*GIL: [33] esse que é o ponto //

Exemplo 1.2 – bfamd102

\*BAL: [14] as recarregáveis / tão aqui //

Exemplo 1.3 – bfamd102

\*BAL: [36] a Estefânia /

Acima, é possível observar em 1.1 um enunciado com apenas uma quebra percebida como terminal, chamado de enunciado simples, em

<sup>1</sup> Os exemplos que contam com áudio são extraídos dos *corpora* da família C-ORAL. Eles são seguidos pelo nome texto e pelo número do enunciado entre colchetes. O nome do texto é uma abreviatura que informa a língua (a = inglês americano; b = português brasileiro; i = italiano), o contexto (fam = familiar/privado; pub = público), a tipologia de interação (cv = conversa, isto é, mais de dois participantes; dl = diálogo; mn = monólogo) e o número do texto. A abreviatura que segue o asterisco indica o participante. As barras simples marcam quebras prosódicas não-terminais e as barras duplas marcam quebras prosódicas terminais.

1.2 um enunciado dividido em uma quebra percebida como não-terminal e uma quebra percebida como terminal no fim, denominado enunciado complexo, e em 1.3 um trecho que não constitui um enunciado, pois não apresenta uma quebra percebida como terminal.

No escopo teórico da L-AcT, as unidades delimitadas por quebras prosódicas correspondem a unidades tonais, no nível prosódico, e a unidades informacionais, no nível pragmático. Assim, todo enunciado apresenta pelo menos uma unidade tonal, que corresponde a uma unidade informacional. As unidades informacionais são unidades pragmáticas de organização do enunciado, sendo que cada uma realiza determinada função. A estrutura informacional do enunciado é, portanto, veiculada pela prosódia. A força ilocucionária do enunciado está localizada na unidade de Comentário (COM) – única unidade necessária e suficiente para a realização de um enunciado. Sua distribuição é livre dentro do enunciado, sendo que as outras unidades informacionais têm sua posição definida com relação a ela. A forma prosódica do COM varia em função do tipo de ato de fala ou ilocução veiculada. Um mesmo conteúdo locutivo pode introduzir diferentes ilocuções, o que mostra que as ilocuções não estão necessariamente relacionadas a expressões linguísticas específicas. Por exemplo, dependendo da prosódia realizada, ao nome *João* podem ser atribuídas ilocuções distintas, como asserção, desaprovação, ameaça, advertência etc.

A correspondência biunívoca que existe entre unidade tonal e unidade informacional e entre enunciado e ilocução é quebrada em três circunstâncias. Uma mesma unidade informacional pode ser realizada em mais de uma unidade tonal quando ocorre fenômenos de escansão e *retracting* (cf. Seção 2). Adicionalmente, um enunciado pode ser composto por mais de uma ilocução, casos em que ocorrem as unidades informacionais de Comentário Múltiplo (CMM) e de Comentário Ligado (COB). Há CMMs quando mais de um Comentário, geralmente dois, é realizado de forma padronizada retoricamente, o que gera uma interpretação holística por parte do interlocutor. Esses Comentários são separados por uma quebra prosódica não-terminal, criando um padrão ilocucionário entendido como um todo holístico, e não como a soma de dois enunciados diferentes. Ou seja, sua interpretação é diferente daquela em que há a sucessão de dois COM que realizam as mesmas ilocuções. Há COBs quando ocorre o que a L-AcT denomina como Estrofe (*Stanza*). A Estrofe é uma sequência de vários Comentários ligados por meio de um sinal prosódico que indica continuidade. Esse sinal mostra que a

sequência ainda não foi concluída, isto é, existem mais sequências a serem ainda adjungidas. Diferentemente dos CMMs, os COBs, não apresentam uma relação padronizada. Ao contrário, eles são justapostos numa sequência que exhibe um andamento processual de um pensamento em curso, por isso as ilocuções realizadas ao longo da cadeia de COBs não são interpretadas de forma holística ou como uma sucessão de atos de fala de enunciados diferentes.

Há dois grandes grupos de unidades informacionais – as textuais e as dialógicas. As primeiras têm a finalidade de compor o texto do enunciado, já as segundas têm por objetivo se dirigir ao interlocutor a fim de regular a interação. As unidades textuais podem ser de natureza ilocucionária (COM, COB e CMM) ou não ilocucionária (APC, APT, TOP, INT e PAR). A definição de cada uma é mostrada na tabela abaixo.

TABELA 1 – Unidades informacionais e suas respectivas funções

	<b>Nome</b>	<b>Etiqueta</b>	<b>Função</b>
Unidades textuais	Comentário	COM	Carrega a força ilocucionária do enunciado.
	Tópico	TOP	Identifica o domínio de aplicação da força ilocucionária do enunciado.
	Apêndice de Comentário	APC	Conclui o enunciado integrando o texto de COM.
	Apêndice de Tópico	APT	Fornece uma informação atrasada integrando a informação dada em TOP.
	Comentário Múltiplo	CMM	Faz parte de uma cadeia de dois ou mais Comentários que são interpretados holisticamente devido ao seu padrão prosódico.
	Comentário Ligado	COB	Faz parte de uma sequência de dois ou mais Comentários (Estrofe), produzida por adjunções progressivas que seguem o fluxo do pensamento do falante, enquanto ele está construindo seu discurso.
	Parentético	PAR	Insere uma informação metalinguística dentro do enunciado.
	Introdutor locutivo	INT	Tem a função metalinguística de introduzir discurso reportado, pensamento falado e exemplificação emblemática.

Unidades dialógicas	Alocutivo	ALL	Especifica para quem a mensagem é direcionada.
	Fático	PHA	Serve para garantir a manutenção do canal comunicativo, mantendo-o sob controle.
	Conativo	CNT	Incita o falante a tomar parte na interação.
	Incipitário	INP	Abre o canal comunicativo.
	Expressivo	EXP	Funciona como um suporte emocional dentro da interação, enfatizando uma afiliação social compartilhada.
	Conector discursivo	DCT	Conecta diferentes partes do discurso, marcando sua continuidade; é típico de textos monológicos

Adaptado de Moneglia e Raso (2014)

As unidades informacionais constituem um ponto crucial na proposta de domínio e de análise da sintaxe da fala na proposta de Cresti (2014). A seguir, será apresentada a abordagem da L-AcT para o estudo da sintaxe da fala.

## 2 A abordagem da sintaxe da fala segundo a L-AcT

De acordo com a L-AcT, a prosódia organiza a fala em enunciados e também atua na composição da estrutura informacional de cada um deles. Por meio do componente prosódico, a fala se estrutura em unidades tonais (relativas ao nível prosódico) que, em princípio, correspondem a unidades informacionais (relativas ao nível pragmático). Exceto em casos de Escansão (SCA), cada unidade tonal corresponde a uma unidade informacional. A Escansão (SCA) é a divisão da unidade informacional em duas ou mais unidades tonais devido a questões de performance. Ela não possui valor informacional, sendo sempre composicional do ponto de vista sintático. O outro caso em que uma unidade tonal não corresponde a uma unidade informacional corresponde ao fenômeno denominado *retracting*, isto é, quando o falante retrata o que acabou de pronunciar podendo ou não haver a repetição de uma ou mais palavras. Para a L-AcT, a unidade informacional se comporta como uma ilha

sintático-semântica.<sup>2</sup> A esse respeito, Cresti (2011) diz que “as unidades informacionais concebidas para a realização de uma determinada função informacional identificam a unidade linguística como uma configuração sintática local e uma ilha semântica”<sup>3</sup> (CRESTI, 2011, p. 56). Dessa forma, é possível notar que o nível sintático não só está vinculado ao nível prosódico-pragmático, como também se encontra numa relação de hierarquia, tendo em vista que a estruturação sintática deve se adequar à estruturação informacional. É importante mencionar que quando se diz nível prosódico-pragmático, deve-se entender o nível informacional (portanto, pragmático), que é veiculado e estabelecido por meio do componente suprasegmental, ou seja, por meio da prosódia. As estruturas sintáticas podem ser realizadas de forma cindida, isto é, uma única estrutura apresentando uma parte correspondente a uma unidade informacional específica, e o restante da estrutura distribuída em outra unidade informacional. Nesse caso, cada parte da estrutura que se distribui entre duas ou mais unidades informacionais constitui um fragmento próprio com ausência de composicionalidade sintático-semântica. Dessa maneira, as estruturas sintáticas são dominadas pelas diferentes unidades informacionais. Essas unidades têm a função de interromper ou barrar as relações sintáticas que outrora poderiam apresentar composicionalidade. As ilhas sintático-semânticas são, portanto, domínios de restrição de relações sintáticas e semânticas que se estabelecem a partir das unidades informacionais que, por sua vez, se desenvolvem por meio da prosódia. Cada ilha se estabelece por meio da realização de uma unidade informacional. As unidades informacionais são veiculadas pela prosódia. Dessa forma, a interação entre o componente informacional que é realizado por meio de configurações prosódicas específicas desempenha um papel crucial no postulado das ilhas sintático-semânticas.

Estudar a sintaxe da fala no quadro teórico da L-AcT significa, desse modo, considerar a combinação das ilhas, que estão diretamente relacionadas às unidades informacionais e ao padrão informacional do enunciado. Cresti (2014) afirma que a estrutura informacional é realizada

---

<sup>2</sup> O termo *ilha* utilizado por E. Cresti não possui o mesmo significado daquele introduzido por Ross (1967) comumente mencionado nos estudos gerativistas.

<sup>3</sup> Tradução nossa do original: “(...) the information units conceived for the accomplishment of a certain information function identifies the linguistic unit like a local syntactic configuration and a semantic island”.



simultaneamente de acordo com dois requisitos: (i) a interface prosódica, que é o componente que organiza tal estrutura em unidades discretas e (ii) o ato locucionário, que, por meio do empacotamento prosódico do fluxo da fala, ativa as ilhas sintático-semânticas, realizando linguisticamente cada unidade informacional de modo a combiná-las dentro do enunciado, caso esse enunciado seja complexo.

Segundo um levantamento dos tipos de enunciados do *corpus* C-ORAL-ROM (CRESTI; MONEGLIA, 2005), relatado em Cresti (2014), há uma predominância de enunciados complexos (60%) sobre enunciados simples (40%). Esse resultado reflete a importância de uma explicação da sintaxe dos enunciados complexos, formados por ilhas sintático-semânticas. A L-AcT lança mão de dois construtos teóricos para explicar as relações “objetivas” e as “idiossincráticas” do comportamento sintático, mais precisamente do comportamento da subordinação e da coordenação, em enunciados complexos. As relações aqui chamadas “objetivas” são aquelas que não apresentam problemas quanto a sua análise dentro de um quadro tradicional. No enunciado “O Joaquim ama o atual prefeito // =COM=”, o NP *o prefeito* seria o objeto do verbo *amar*. As relações chamadas aqui “idiossincráticas” são aquelas que apresentariam dificuldades do ponto de vista tradicional. Considerando o enunciado “O atual prefeito /=TOP= Deus me livre // =COM=”, parece não haver nenhuma relação sintática entre o conteúdo locutivo do TOP e o do COM. A L-AcT não postula qualquer tipo de movimento sintático, nem qualquer categoria flutuante, por isso seria descartada a hipótese de que o NP *o atual prefeito* saiu de uma posição mais baixa da sentença e foi alçado à posição de TopP localizada na periferia esquerda. Além do fato de que, para a L-AcT, cada unidade informacional constitui uma ilha sintático-semântica que não apresenta composicionalidade com outras unidades.<sup>4</sup> Os construtos propostos pela L-AcT para lidar com essa questão são divididos em duas noções: a sintaxe linearizada e a sintaxe padronizada.

De acordo com Cresti (2014), a sintaxe linearizada (*linearized syntax*) constitui o ambiente onde ocorrem estruturas próprias de subordinação e de coordenação, sempre dentro de uma mesma unidade informacional textual, já a sintaxe padronizada (*patterned syntax* ou

---

<sup>4</sup> A seção 3.1 relata com maior detalhe o caso do TOP.

*patterned construction*<sup>5</sup>) corresponde a construções realizadas ao longo das unidades informacionais textuais, ou seja, por mais de uma unidade informacional textual (e também, em alguns casos, ao longo de dois enunciados distintos), sendo que cada uma desenvolve uma função informacional diferente. A configuração linearizada corresponde a um molde prosódico composicional e a configuração padronizada corresponde a um molde prosódico de combinação, resultando na realização de diferentes unidades tonais. Note-se que é apenas no molde composicional que as relações de subordinação e de coordenação ocorrem, no molde combinatório essas relações simplesmente não se estabelecem. A justificativa para que no molde combinatório os elementos fiquem impossibilitados de estabelecer relações sintáticas com outros itens de uma unidade posterior reside em que a unidade informacional constitui uma barreira de isolamento ou, nos termos propostos pela L-Act, a unidade informacional constitui uma ilha sintático-semântica.

Para ilustrar as configurações sintáticas linearizada e padronizada, são apresentados abaixo dois exemplos. Em investigação sobre as orações adverbiais no PB, Bossaglia (2015a) mostra que a grande maioria dessas orações ocorre em padronização, embora haja casos de linearização, como o do exemplo 2.1, que constituem apenas 6% dos dados do *minicorpus* do português brasileiro [PB] (cf. PANUNZI; MITTMANN, 2014).

#### Exemplo 2.1 – bfammn05

\*CAR: [58] não falo porque acho muito pesado // =COM=

A autora explica que, neste dado, a oração adverbial causal introduzida pela conjunção *porque* é realizada na mesma unidade informacional da oração principal, o que exemplifica um caso de linearização. Esse exemplo mostra com clareza uma oração subordinada adverbial propriamente dita (*proper adverbial clause*).

Em investigação sobre as orações completivas no PB, Bossaglia (2015b) mostra que tais orações ocorrem em seis tipos de configurações padronizadas, sendo uma delas o padrão CMM-CMM, ou seja, um enunciado composto por duas unidades de valor ilocucionário que são interpretadas de forma holística devido a sua característica prosódica.

<sup>5</sup> É preciso salientar que o termo *construção* utilizado por E. Cresti não possui relação com a noção de construção apresentada no arcabouço teórico da Gramática de Construções (cf. HOFFMANN; TROUSDALE, 2013).

### Exemplo 2.2 – bfamd103

\*LAU: [275] tá vendo /=CMM= como é que mudou //=CMM=

Esse exemplo ilustra um caso de padronização, já que o enunciado é complexo, formado por duas unidades tonais/informacionais. Bossaglia (2015b) argumenta que a possível relação de dependência entre a principal e a completiva não é levada em consideração pela organização prosódico-pragmática do enunciado. Segundo a autora, as duas orações se encontram no mesmo plano pragmático, tendo em vista que elas são realizadas em unidades ilocucionárias idênticas, o que confere a elas a mesma função. No entanto, isso não significa que elas realizam a mesma locução. Segundo a autora, a primeira oração trata-se de um pedido de confirmação, ao passo que a segunda trata-se de uma repetição. O padrão prosódico de realização dos CMMs proporciona que elas sejam interpretadas como uma única sequência terminada. Ambas as orações possuem valor ilocucionário, o que demonstra que elas ocupam o mesmo plano pragmático.

## 2.1 O papel da modalidade na formação de ilhas semânticas e seu impacto na sintaxe

De acordo com Cresti (2014), uma definição clássica de modalidade remonta a Bally (1950), em que ele define o fenômeno como *Modus on Dictum*, ou, em outras palavras, a atitude do falante sobre o seu próprio enunciado. É preciso mencionar que outros termos ou conceitos – tais como locução, atitude, emoção etc. – atribuídos dentro do escopo da modalidade devem ser distinguidos, pois são efetivamente objetos distintos (cf. MELLO; RASO, 2011, para uma discussão sobre essas categorias). A modalidade dentro do quadro teórico da L-AcT atua na dimensão do ato locucionário e se limita a um significado estritamente semântico. Já Bally (1950) considera o *Dictum* como uma proposição inteira.

Para a L-AcT, a modalidade seria o *modus* sobre um *dictum* que é preenchido apenas pelo conteúdo locutivo expresso nas unidades informacionais. Assim, cada unidade informacional textual exhibe um valor modal distinto, exceto as unidades de APT e de APC que, por serem dominadas pelas unidades de TOP e de COM, respectivamente, herdaram o valor modal de suas unidades dominantes. Portanto, os Apêndices não formam ilhas sintático-semânticas. O sentido de dominância entre

as unidades de COM e de TOP em relação às unidades de APC e APT, respectivamente, se refere ao fato de as últimas apresentarem um perfil prosódico que não pode ser realizado sem a ocorrência das primeiras. O *dictum*, contudo, nem sempre será uma proposição completa, tendo em vista que variados tipos de sintagmas, fragmentos ou classes de palavras podem compor uma unidade informacional. Além disso, a modalidade nem sempre é expressa por marcadores modais codificados linguisticamente (cf. MELLO, 2016, para discussão sobre diferentes estratégias modalizadoras no PB).

Cresti (2014) estabelece dois postulados teóricos que devem ser levados em consideração no estudo da modalidade dentro do quadro da L-AcT:

- (a) a modalidade pertence ao nível semântico dentro do ato locucionário, por isso ela deve ser distinguida da ilocução, que pertence justamente ao nível pragmático; e
- (b) o valor modal de cada unidade informacional textual – assim como na sintaxe – não é composicional dentro do enunciado.

Disso decorrem duas considerações:

- (i) cada unidade informacional textual corresponde a uma cena cognitiva, que forma um domínio semântico (cf. FAUCONNIER, 1985); e
- (ii) se um enunciado contar com mais de uma unidade informacional textual, ele apresentará diferentes modalidades (exceto em casos de unidade de Apêndice).

As unidades informacionais formam, desse modo, ilhas semânticas. Segundo Mello (2016), “as diferentes ilhas semânticas, entretanto, não se compõem em sua modalidade; restando observáveis cenas que se combinam como ‘janelas perceptuais’ com diferentes perspectivas” (MELLO, 2016, p. 166). O impacto das ilhas semânticas na sintaxe se estabelece na medida em que apenas aquilo que determina um âmbito modal estará sujeito a receber um correspondente sintático – essa é uma das razões de a sintaxe não atuar nas unidades dialógicas, já que nelas não existe modalidade. Em outras palavras, as ilhas semânticas constituem âmbitos modais que incidem sobre uma estruturação sintática

formada a partir dessas ilhas. Pode ser depreendido, a partir disso, que a ideia de ilhas semânticas fortalece, de certo modo, a noção de ilhas sintáticas atuantes dentro das unidades informacionais.

### **3 Problematização a respeito da abordagem da sintaxe na L-AcT**

Esta seção busca mostrar alguns problemas teóricos acerca da concepção da sintaxe na abordagem da L-AcT. Esses problemas surgem a partir da observação de dados empíricos, extraídos de trabalhos que utilizaram os *minicorpora* de dados do PB (PANUNZI; MITTMANN, 2014) e do inglês (CAVALCANTE *et al.*, 2018), e analisados segundo o critério teórico da L-AcT.

Conforme exposto, o modelo teórico da L-AcT para a delimitação e análise da sintaxe da fala postula que cada unidade informacional corresponde a uma ilha sintático-semântica, ou seja, não haveria nenhuma relação sintática entre o conteúdo locutivo de uma unidade como o TOP e o conteúdo locutivo do COM. Em outras palavras, o que ocorre locutivamente no TOP não estabelece nenhum tipo de relação sintática, seja de subordinação, de coordenação, de adjunção etc., com o que ocorre no COM. Isso vale para outras unidades, como INT, PAR, CMM e COB. Além disso, o enunciado é a unidade de referência da fala e não pode haver dependência sintática entre um enunciado e outro adjacente a ele. Todas as relações sintáticas ocorrem dentro do nível composicional. No nível combinatório, não há qualquer relação sintática entre o conteúdo locutivo das unidades informacionais.

O que se pretende mostrar nesta seção é que há pelo menos duas formas de se estudar a sintaxe da fala: uma seria considerar que a organização prosódico-informacional subordina a organização sintática, justamente o que a L-AcT propõe ao localizar as chamadas ilhas sintático-semânticas dentro da estrutura informacional. Outra opção seria considerar que a organização prosódico-informacional e a organização sintática da fala não estão direta e exclusivamente correlacionadas, ou seja, a estruturação informacional pode revelar aspectos da sintaxe, sem que essa esteja estritamente subordinada em forma de ilhas àquela.

### 3.1 O caso do Tópico

Cresti (2011) relata que 51% dos enunciados do *corpus* IPIC<sup>6</sup> do italiano são constituídos por mais de uma unidade informacional, ou seja, são enunciados complexos. Desse total de enunciados, 23% apresentam o padrão TOP-COM. A autora argumenta, então, que o padrão informacional básico do enunciado em italiano é o de TOP-COM. Segundo Cresti, a relação entre o Tópico e o Comentário tem sido tratada como uma relação de *aboutness* semântica. Dessa forma, o conteúdo expresso nessas unidades é tratado como uma única entidade semântica, estabelecendo uma relação proposicional.

A abordagem da L-Act é divergente das visões comumente adotadas, pois essa teoria parte de uma perspectiva pragmática, e não semântico-sintática. Para a L-Act, o Tópico (TOP) é uma unidade informacional que tem a função de servir como o campo de aplicação cognitiva da força ilocucionária que a unidade de COM carrega. Se não há TOP no enunciado, o COM deve se referir ao contexto e aplicar sua força ilocucionária de uma forma referente ao seu tipo ilocucionário. Ou seja, se a força ilocucionária do enunciado for a de uma ordem, o COM será realizado com um perfil prosódico correspondente ao tipo ilocucionário que marca essa ilocução.

Considere os exemplos abaixo adaptados de Cresti (2011):<sup>7</sup>

#### Exemplo 3.1

fecha a porta //COM

%ill: ordem

%sit: o ouvinte reconhece a ordem em seu sentido pleno, incluindo a denotação semântica do seu objeto de intervenção.

<sup>6</sup> O *corpus* IPIC é formado por textos da seção informal dos *corpora* C-ORAL-ROM (italiano), C-ORAL-BRASIL (português brasileiro) e C-Or-DiAL (espanhol). Os textos que formam esse *corpus* foram manualmente anotados em unidades informacionais. Ele é disponibilizado através da plataforma DB-IPIC (PANUNZI; MITTMANN, 2014). Para mais informações, cf. <<http://lablita.dit.unifi.it/ipic/>>.

<sup>7</sup> Os símbolos %ill e %sit indicam, respectivamente, ilocução e situação comunicativa.

## Exemplo 3.2

feche-a //COM

%ill: ordem

%sit: o ouvinte reconhece a ordem, mas deve procurar a proeminência pragmática adequada no contexto correspondendo ao pronome *a*. Nesse caso, a ordem se refere deiticamente no contexto.

## Exemplo 3.3

a porta /TOP feche-a //COM

%ill: ordem

%sit: o ouvinte reconhece a ordem, mas foi fornecida a ele informação relevante para a adequada proeminência contextual ser levada em consideração na sua intervenção, através da expressão linguística do Tópico.

Os três exemplos ilustram uma ilocução de ordem, cujo objetivo é realizar uma mudança de mundo. Desse modo, é esperado que haja uma referência contextual para que a ilocução de ordem se aplique de forma adequada. No primeiro exemplo, essa referência já é dada no próprio conteúdo locutivo do COM, sendo que o argumento do verbo *fechar* denota semanticamente a que objeto contextual a ordem deve ser aplicada. No segundo exemplo, a referência deve ser identificada através do contexto pragmático, uma vez que ela não está expressa diretamente no conteúdo locutivo do COM. O pronome *a* poderia se referir, por exemplo, à janela, à cortina, à persiana etc. Portanto, é necessário que o interlocutor reconheça pragmaticamente que o objeto contextual a que a ordem se refere seja a porta. No terceiro exemplo, a referência é dada no TOP. Portanto, essa unidade fornece, em termos linguístico-informacionais, um âmbito para que a ilocução de ordem se aplique. A relação entre TOP-COM é, dessa maneira, de *aboutness* pragmática, ou seja, o NP *a porta* não é o objeto semântico-sintático do VP *feche-a*. Não há uma relação de predicação entre o conteúdo do TOP e o do COM, portanto essas duas unidades informacionais não podem constituir uma proposição. A única relação existente entre o TOP-COM é a de que o TOP representa linguisticamente um domínio cognitivo adequado para a aplicação da força ilocucionária que o COM carrega. Consequentemente, não há relação sintática entre o TOP e o COM. O TOP, como outras unidades informacionais, é uma ilha sintático-semântica, conforme discutido na seção 2.

Não obstante, a noção do TOP como uma ilha sintática parece ser desafiada por vários dados do PB e do inglês. Os dados do PB que serão apresentados nesta seção foram extraídos do trabalho de Mittmann (2012) e os do inglês foram retirados do trabalho de Cavalcante (2015). Nos exemplos abaixo, o conteúdo locutivo do TOP seria o sujeito do verbo das sentenças que se encontram no COM. Isso mostra que seria possível, desse modo, haver relação sintática entre o conteúdo do TOP e do COM.

Exemplo 3.4 – bfamd103

\*LUZ: [87] **mas o Antônio** /=TOP= &he /=TMT= cobrou muito dela isso  
//=COM=

Exemplo 3.5 – bfamcv02

\*TER: [298] **os pajem** /=TOP= vai ser mesmo a Giovana e o Tetê /=COM=  
né //PHA=

Exemplo 3.6 – bfammn02

\*DLF: [29] **a senhora** /=TOP\_r= é de Itabira /=COB\_r= &he /=TMT=  
com um pai com esse nome /=COB\_r= que que ele é do Carlos Drummond  
de Andrade //COM\_r=

É possível argumentar que o PB é uma língua *pro-drop* e que, portanto, os verbos *cobrou*, *ser* e *é*, dos enunciados acima, podem ser usados sem um sujeito sintático, podendo, de fato, referir-se a quase todas as pessoas pronominais – como *tu/você cobrou/é/vai ser*, *ele/ela cobrou/é/vai ser*, *nós/a gente cobrou/é/vai ser*, *vocês cobrou/é/vai ser*, *eles/elas cobrou/é/vai ser* – ainda que seja contraintuitivo pensar que os NPs *o Antônio*, *os pajem* e *a senhora* não sejam o sujeito dos verbos. De qualquer forma, a ideia do TOP como ilha sintática poderia continuar válida se esse argumento for considerado. No entanto, como explicar os exemplos de uma língua não *pro-drop* como o inglês, em que é obrigatório que cada verbo receba um sujeito? Os exemplos abaixo ilustram o problema:



## Exemplo 3.7 – afamnm02

\*ALN: [51] **Marcia** /=TOP= had a relative in Mexico /=COB= or something /=COB= but they'd been down there /=COB= many times //COM=

“Marcia /=TOP= tinha um parente no México /=COB= ou algo assim /=COB= mas eles tinham estado lá /=COB= muitas vezes //COM=”

## Exemplo 3.8 – apubmn01

\*KIR: [365] the [/1] **the penguins** /=TOP= are numbered //COM=

“os [/1] os pinguins /TOP= estão numerados//COM=”

## Exemplo 3.9 – afamnm01

\*LYN: [84] **and your horse's foot** /=TOP= is just really wide or something //COM=

“e a pata do seu cavalo /=TOP= é muito larga ou algo assim //COM=”

Não só é contraintuitivo pensar que os NPs *Marcia*, *the penguins* e *your horse's foot* não são sujeitos, respectivamente, dos verbos *had*, *are* e *is*, como também é fato que essa consideração violaria uma regra basilar da língua inglesa e de outras línguas não *pro-drop*, qual seja, a de que essas línguas precisam de um sujeito expresso na sentença. Esse sujeito deve ser realizado mesmo em verbos que não “exigem” semanticamente um sujeito, como é o caso de verbos intransitivos que indicam fenômenos da natureza (cf. *It rains*).

### 3.2 O caso das orações subordinadas

As subordinadas são orações que se encontram encaixadas na matriz, mantendo assim uma relação sintática de dependência. Há vários exemplos, tanto no inglês quanto no PB, que mostram orações subordinadas em unidades informacionais diferentes. A prótase (subordinadas) das condicionais abaixo se encontra na unidade de TOP, e a apódose (matrizes) está na unidade de COM.

## Exemplo 3.10 – bfamcv04

\*BRU: [283] <se for> **uma palavra composta** /=TOP= né /=PHA= por exemplo duas palavras /=INT= cê faz assim //COM=

## Exemplo 3.11 – afammn01

\*LYN: [6] and /=DCT= **if you wanna go on in it** /=TOP= you [1]=EMP= then /=AUX= you can go on /=COM= you know //AUX=

“e /=DCT= se você quiser continuar /=TOP= você [1]=EMP= então /=AUX= você pode continuar /=COM= sabe //AUX=”

Segundo Cresti (2014), as relações de subordinação caem dentro de cada ilha sintática, ou seja, dentro de cada unidade informacional. Contudo, tanto nos exemplos das condicionais, quanto nos exemplos de orações subordinadas adverbiais temporais abaixo, existe uma relação de subordinação entre o conteúdo locutivo das unidades de TOP e de COM. As orações subordinadas estão no TOP e as principais se encontram em COM. Esses exemplos reforçam o fato de que o TOP não pode ser considerado um anacoluto sintático.

## Exemplo 3.12 – afamdl03

\*ALC: [117] I mean /=AUX= **when you’re used to doing that all the time** /=TOP= you /=SCA= get up a system //COM=

“digo /=AUX= quando você está acostumado a fazer isso o tempo todo /=TOP= você /=SCA= cria um sistema //COM=”

## Exemplo 3.13 – bfamdl02

\*BEL: [243] **quando eu cheguei aqui** /=TOP= todas as minhas calças tinham ficado lá hhh //COM=

Abaixo é apresentada outra subordinada – a adverbial causal. Nesse exemplo, o enunciado é realizado através de CMMs. A subordinada se encontra no segundo CMM, o que mostra que essa oração está em outra unidade informacional, embora de mesmo valor pragmático – isto é, ambas unidades com valor ilocucionário – que aquela que a antecede.

Exemplo 3.14 – bfamcv04<sup>8</sup>

\*CEL: [164] mas cê nunca vai adivinhar nenhuma minha /=CMM= **porque eu nũ tenho a mínima noção** //CMM=

Outro tipo de subordinada é a oração completiva, mostrada nos exemplos abaixo. No primeiro exemplo, a matriz se encontra em TOP e a subordinada em COM. No segundo exemplo, a matriz se encontra em INT e a subordinada na articulação TOP-COM.

## Exemplo 3.15 – bfamdl03

\*LUZ: [181] porque eu acho que no mesmo concurso /=TOP= **cê nũ pode fazer duas** //COM=

## Exemplo 3.16 – bpubmn01

\*SHE: [101] então /=INP= eu vejo que /=INT= é [/1] /=EMP= querendo ou não /=TOP= gente /=ALL= **a organização** /=TOP= **é a alma do negócio** //COM=

A oração do TOP abaixo é classificada tradicionalmente como uma subordinada substantiva predicativa reduzida de infinitivo. A principal se encontra na unidade de COM.

## Exemplo 3.17 – bpubmn01

\*SHE: [21] &estu [/1]=EMP= &he /=TMT= **trabalhar no Estado** /=TOP= com língua estrangeira /=APT= é lutar contra a maré //COM=

O que todos os exemplos acima mostram é que o postulado de que as relações de dependência sintática se localizam apenas dentro de cada unidade informacional não se sustentaria. As relações sintáticas de subordinação ultrapassam a unidade informacional.

A princípio, esses casos ainda poderiam ser contornados com o postulado da sintaxe padronizada. No entanto, Cresti (2014) afirma que a padronização atua somente como um nível de combinação de unidades informacionais com o intuito de dar o *output* final e de fornecer a interpretabilidade adequada ao enunciado. A sintaxe padronizada não prevê nenhum tipo de relação sintática entre as unidades. A L-Act postula

<sup>8</sup> O exemplo 3.14 foi extraído de Bossaglia (2015a) e o 3.16, de Bossaglia (2014).

que, nesse nível, as estruturas não assumem as relações tradicionais de dependência sintática.

Na sintaxe padronizada o nível sintático é “deposto” em razão de o conteúdo locutivo estar vinculado a unidades informacionais que desempenham funções pragmáticas específicas. Por exemplo, uma possível oração subordinada em TOP é combinada com uma possível oração matriz em COM sem estabelecer nenhuma relação de dependência. A “subordinada” em TOP se combina com a “matriz” em COM para que o enunciado tenha seu *output* realizado de forma completa e adequada. Contudo, a oração em TOP não é uma verdadeira subordinada, ela é somente o campo de aplicação da força ilocucionária que está em COM. Cresti (2014) efetivamente distingue as verdadeiras orações subordinadas (sempre linearizadas – *proper subordinate clauses*) das orações subordinadas aparentes (sempre padronizadas – *apparent subordinate clauses*).

Em virtude do que foi exposto, pode-se inferir que parece haver um problema teórico de transposição de níveis de análise na L-AcT. Considerando os exemplos 3.10 e 3.11 das condicionais acima, depreende-se que a prótase perde sua condição morfossintática de oração subordinada por ser realizada na unidade informacional de TOP. Em outras palavras, a prótase deixa de ser uma subordinada para exercer a função do âmbito de aplicação da força ilocucionária. O que isso significa é que um elemento perde seu potencial morfossintático tão somente por exercer certa função pragmática. A combinação da prótase em TOP e da apódose em COM – sem que não haja uma relação sintática entre o conteúdo locutivo dessas duas unidades – se dá por meio da sintaxe padronizada, que busca, conforme discutido acima, fornecer a realização completa do enunciado.

Na concepção da sintaxe padronizada da L-AcT, é possível notar que o nível pragmático-informacional suplanta o nível sintático. E é justamente isso que permite postular tal conceito teórico. Infere-se a partir desse postulado que a morfossintaxe perde seu estatuto potencial para assumir funções pragmáticas. Ou seja, a função (pragmática) determina qual deve ser o papel da forma, sendo que esse papel não é morfossintático, e sim pragmático. Isso pode gerar alguma incongruência teórico-analítica, como mostram os dados apresentados acima. Para ficar mais claro, será apresentado o exemplo 3.8, repetido aqui como 3.18:

## Exemplo 3.18 – apubmn01

\*KIR: [365] the [/1] **the penguins** /=TOP= are numbered //COM=  
 “os [/1] os pinguins /=TOP= estão numerados //COM=”

Segundo a L-AcT, o NP *the penguins* e o VP *are numbered* não possuem relação sintática, pois se encontram em unidades informacionais diferentes. Essa é, portanto, uma construção padronizada. O NP *the penguins* (forma capaz de desempenhar um papel sintático) não é o sujeito do VP *are numbered* porque esse NP se encontra numa unidade de TOP, servindo à função de âmbito de aplicação da força ilocucionária. Por meio da sintaxe padronizada – que não é capaz de atribuir relações sintáticas – essas unidades são combinadas de modo a prover a realização completa do enunciado. O raciocínio subjacente a essa concepção parece ser o de que qualquer elemento morfológico que se aloca na unidade de TOP perderá sua potencialidade argumental (no caso de um NP em posição de sujeito, por exemplo) ou clausal (no caso de uma oração subordinada, por exemplo), ficando, assim, incapaz de estabelecer qualquer relação sintática com elementos do COM ou de outras unidades informacionais. Isso ilustra o fato de que o conteúdo locutivo que seja realizado em TOP deve necessariamente receber o papel de servir a uma função pragmática específica, qual seja, a de constituir o âmbito de aplicação da força ilocucionária. Parece, portanto, que na proposta da L-AcT existe uma transposição de níveis analíticos gerando certa incompatibilidade entre o postulado teórico e a inspeção empírica dos dados.

### 3.3 O caso das orações coordenadas

A coordenação é uma estratégia usada para unir duas unidades sintáticas, sejam elas palavras, sintagmas ou orações. Em exemplos canônicos, tais elementos devem apresentar o mesmo *status*, podendo ser unidos por um repertório de conjunções de que a língua dispõe. Considere os exemplos extraídos de Mello (2016):

## Exemplo 3.19 – bpubdl01

\*ROG: [8] eu vou &coloc [/3]=EMP= eu vou suspender mais um pouquim aqui /=CMM= vou pegar a linha /=CMM= e vou colocar por cima //CMM=

Exemplo 3.20 – bpubcv01

\*MAR: [301] <congela /=CMM= **mas** é mais lento> //CMM=

Exemplo 3.21 – bfamdl04

\*SIL: [161] **ou** é vinho bom caro /=CMM= **ou** é cerveja //CMM=

Todos os exemplos de coordenação elencados acima estão divididos informacionalmente entre unidades de CMM. O primeiro indica uma sentença coordenada aditiva, o segundo, uma coordenada adversativa, e o terceiro, uma coordenada alternativa. O que pode ser notado é que a relação de coordenação entre orações permanece sem alteração mesmo que cada oração esteja dentro de uma única unidade informacional de CMM. Observe que no exemplo 3.19, a conjugação do verbo auxiliar *ir* garante que as orações coordenadas sejam correferentes entre si e entre a oração precedente em que o sujeito pronominal *eu* é realizado. Dessa forma, isso atesta a efetiva relação de coordenação entre as orações *vou pegar a linha e e vou colocar por cima* divididas em duas unidades informacionais.

### 3.4 O caso da negação

O PB apresenta três tipos de negação verbal: a pré-verbal, a dupla e a pós-verbal, conforme ilustram, respectivamente, os exemplos abaixo extraídos de Silva (2016):

Exemplo 3.22 – bfamdl23

\*BAR: [173] eu **não** estou sendo gravada //

Exemplo 3.23 – bfamdl23

\*JAN: [14] cê **nũ** toca guitarra **não** //

Exemplo 3.24 – bfamcv02

\*JAE: [45] <conheço> ela **não** / <uai> //

De acordo com Schwegler (1991), quando há casos de negação dupla em sentenças que apresentam período composto por subordinação, a negação que ocorre em posição pós-verbal na oração subordinada necessariamente tem escopo sobre o verbo da oração principal, exceto em casos em que já há uma negação pré-verbal na subordinada.

Em pesquisa sobre a negação verbal no PB, Silva (2016)<sup>9</sup> apresenta o seguinte dado, em que há um caso de negação dupla em uma sentença formada por período composto por subordinação:

Exemplo 3.25 – bfamdl04

\*SIL: [136] **nũ** é igualzim de casa de pobre /=CMM= que tudo que tem põe pra fora **não** //CMM=

Esse dado é bastante ilustrativo com respeito à contra-argumentação das premissas teóricas da L-AcT. O exemplo acima mostra que, mais uma vez, a subordinação pode ultrapassar as fronteiras das unidades informacionais. Isso fica demonstrado pelo fato de que a negação em posição pós-verbal da oração subordinada tem escopo sobre o verbo da oração matriz. Ou seja, se não houvesse relação sintática entre o conteúdo locutivo das duas unidades de CMM do exemplo acima, a negação em posição pós-verbal da segunda unidade teria necessariamente que negar os verbos *ter* ou *pôr*, o que é barrado pelas regras de escopo da negação dupla no PB, conforme propõe Schwegler (1991). A leitura dessa sentença deve ser parafraseada como (a) e não como (b) ou (c):

- a. **Não** é igualzim de casa de pobre **não**, que tudo que tem põe pra fora.
- b. **Não** é igualzim de casa de pobre, que tudo que **não tem** põe pra fora.
- c. **Não** é igualzim de casa de pobre, que tudo que tem **não põe** pra fora.

Ou seja, o segundo advérbio de negação nega o verbo *ser* da oração matriz, e não os verbos das dependentes. Caso a unidade informacional fosse uma ilha sintático-semântica, o advérbio de negação que ocorre no final do enunciado deveria necessariamente ter escopo sobre o verbo de alguma oração da unidade em que se encontra. Portanto, a unidade informacional não é capaz de barrar a relação de escopo que se estabelece entre o advérbio de negação da última unidade de CMM e o verbo *ser* presente na primeira unidade de CMM. Os falantes de PB não interpretam o enunciado do exemplo 3.25 como as orações em (b) e (c). Isso significa que qualquer enunciado do PB que seja composto por dupla negação tendo distribuídos os advérbios em duas unidades

<sup>9</sup> Cf. também Silva e Mello (2016a, 2016b, 2017).

informativos diferentes sempre haverá composicionalidade sintático-semântica, já que existe uma regra sintática que delimita o escopo do segundo advérbio de negação. E essa regra não pode ser restringida pela segmentação informativa do enunciado.

### 3.5 Outros casos em línguas tipologicamente variadas<sup>10</sup>

Os exemplos que serão analisados nesta seção não constituem dados de fala. A princípio, haveria um problema metodológico nessa exposição, uma vez que a crítica desenvolvida nas subseções acima se baseia no estudo da sintaxe da fala, e não em dados criados. Contudo, a argumentação que será feita nas subseções abaixo se baseia num princípio de predição que é possível extrair da L-AcT – embora deva ser mencionado que tal princípio não está explícito nos textos de E. Cresti, ou seja, é algo que fica subentendido. De acordo com a L-AcT, o enunciado, a estrutura informativa e as ilocuções são veiculados pelo componente suprasegmental da fala denominado prosódia. Considerando que toda língua apresentaria prosódia, logo seria esperado haver enunciado, estrutura informativa e ilocuções em todas as línguas.<sup>11</sup> Isso é reforçado de certa forma por Hirst (2013) no trecho abaixo:

A prosódia é universal no sentido trivial de que todas as línguas possuem prosódia. Claramente, todos os *enunciados* têm prosódia porque suas *formas prosódicas* sempre podem ser caracterizadas como um padrão de mudança da duração segmental, da altura e do pitch (HIRST, 2013, p. 150, grifos do autor).<sup>12</sup>

<sup>10</sup> As glosas dos exemplos tipológicos das subseções abaixo são, em ordem alfabética, 1 = classe 1, 5 = classe 5, 9 = classe 9, ABS = absolutivo, ACC = acusativo, ASP = aspecto, DIS = marcador de forma verbal disjuntiva, DS = sujeito diferente, ERG = ergativo, FV = vogal final, LOC = locativo, NOM = nominativo, PAST = passado, PL = plural, PRES = presente, REL = marcador de oração relativa, SG = singular, SM = marcador de sujeito, SS = mesmo sujeito e TAM = tempo, aspecto e modo.

<sup>11</sup> Evidentemente, as línguas de sinais não apresentam som, portanto a prosódia não é veiculada da mesma forma que se realiza nas línguas orais-auditivas. Não obstante, suas funções aparentemente permanecem as mesmas (cf. NESPOR; SANDLER 1999; SANDLER, 2010).

<sup>12</sup> Tradução nossa do original: “Prosody is universal in the trivial sense that all languages possess prosody. Of course, all *utterances* have prosody because their *prosodic form* can always be characterized as a changing pattern of segmental duration, loudness and pitch.



É preciso reconhecer que os pressupostos da L-AcT foram aplicados e constatados até o momento em apenas seis línguas: espanhol, francês, italiano, português, inglês e japonês. Contudo, conforme mencionado acima, a prosódia parece ser um universal que veicularia as funções constitutivas da fala assumidas pela L-AcT. De qualquer modo, ressalta-se que os exemplos que serão apresentados abaixo constituem, no momento, hipóteses, com exceção do exemplo 3.29 efetivamente atestado em alemão.

### 3.5.1 As marcas de caso

O caso é uma categoria gramatical que possui a função de expressar relações sintático-semânticas por meio da morfologia. As línguas que não possuem marcação de caso empregam outras estratégias para organizar e explorar as relações sintáticas, tais como a ordem dos constituintes e as adposições, por exemplo.<sup>13</sup> O sistema de caso constitui um paradigma em que para cada relação sintática haverá geralmente uma marcação morfológica distinta. Evidentemente, é possível que haja dois casos diferentes com a mesma marca morfológica, bem como que um mesmo caso exiba duas formas alternantes, que sofrerão variação de acordo com regras de harmonia vocálica, por exemplo. Tal marcação incide majoritariamente sobre os nominais e pode variar ainda de acordo com as categorias de número e gênero, constituindo assim diferentes declinações.

O finlandês é uma língua extremamente rica na marcação de caso. A literatura mostra certa variação no que se refere ao número de casos que essa língua pode apresentar. De acordo com Karlsson (2008), o finlandês exibe quinze casos. Numa língua em que as relações sintáticas são explicitamente marcadas na morfologia, não se pode ignorar o papel da categoria de caso na interface entre a sintaxe e a estrutura informacional. Dessa forma, o princípio da unidade informacional como uma ilha sintático-semântica se enfraqueceria se as línguas de caso entrassem no arcabouço argumentativo de análise. Observe o exemplo abaixo do finlandês:

---

<sup>13</sup> Uma língua de caso pode exibir concomitantemente adposições, como o latim, o mongol, o finlandês etc.

## Exemplo 3.26

Poja-t                      tapa-si-vat                      tyttö-i-en  
garoto-NOM.PL   encontrar-TAM-3PL   garota-PL-ACC  
“Os garotos encontraram as garotas”

O nominativo plural – caso do sujeito – é marcado pelo sufixo *-t* no nome *poja-* (garoto) e o acusativo – caso do objeto direto – é marcado pelo sufixo *-en* no nome *tyttö-* (garota). Levando em conta o papel da marcação de nominativo em 3.26, como seria possível considerar que *pojat* não constitui o sujeito sintático da oração caso esse nome fosse empacotado na unidade de TOP numa articulação TOP-COM?

## Exemplo 3.27

pojat /=TOP= tapasivat tyttöien //COM=  
“os garotos /TOP= encontraram as garotas //COM=”

É importante mencionar que Cresti e Moneglia (2010) assumem a universalidade da unidade de TOP, conforme pode ser observado na seguinte passagem quando os autores apontam uma das propriedades dessa unidade:

Fornecendo o domínio de relevância para o ato ilocucionário, o Tópico permite *distanciar* o Comentário do contexto direto do enunciado e, ao fazê-lo, ele torna a interpretação do enunciado autônoma do contexto em si. Essa estruturação informacional [TOP-COM] parece ser muito ‘primitiva’ e ocorre em todas as línguas (...) (CRESTI; MONEGLIA, 2010, p. 18, grifo dos autores).<sup>14</sup>

Além disso, considere o exemplo 3.29 do alemão extraído do corpus *Datenbank für Gesprochenes Deutsch* (SCHMIDT, 2014) e adaptado segundo os pressupostos teóricos e as normas de transcrição da L-Act.

<sup>14</sup> Tradução nossa do original: “Providing the domain of relevance for the illocutionary act, the Topic allows to *distanciate* the Comment from the direct context of the utterance and, in doing so, it makes the interpretation of the utterance autonomous from the context itself. This information structure seems to be very ‘primitive’ and occurring in every language (...)”.

## Exemplo 3.29

\*XYZ: und den Kerl /=TOP= habe ich immer noch nicht  
 //COM=

e o-SG.ACC garoto ter-1SG.PRS.IND eu ainda não  
 “e o garoto /=TOP= eu não tenho ainda //COM=”

De acordo com a proposta das ilhas semântico-sintáticas, cada unidade informacional tem modalidade própria e autonomia sintática, o que se traduz no postulado de que os elementos morfossintáticos de uma unidade informacional são incapazes de estabelecer relações sintáticas com os elementos de outra unidade informacional, exceto nas unidades de Apêndice, que herdaram a modalidade das respectivas unidades a que se referem. O exemplo do alemão acima desafia tal postulado na medida em que mostra um sintagma com um morfema acusativo exigido pelo verbo, algo que já evidencia uma relação sintática com o conteúdo posterior. Ademais, é interessante observar como os sintagmas estão distribuídos na oração em COM. Como o alemão é uma língua V2, o constituinte que se encontra na primeira posição força a ocorrência do sujeito para uma posição pós-verbal para resguardar o verbo em sua posição canônica, visto que a posição do sujeito já está ocupada por um sintagma acusativo (cf. MÜLLER, 1995). Na ordem canônica, o sujeito ocorre sempre em posição pré-verbal: *Ich habe den Kerl immer noch nicht*. Portanto, o fenômeno em questão evidencia que as relações sintáticas podem ultrapassar as unidades informacionais também em línguas de caso.

### 3.5.2 O sistema de *switch-reference*

Várias línguas apresentam um sistema de referenciação de sujeitos gramaticais conhecido por *switch-reference* (cf. JACOBSEN, 1967; AUSTIN, 1981; HAIMAN; MUNRO, 1983, entre outros). Tal sistema consiste de um processo sintático em que ocorre o emprego de uma marca morfológica no verbo de uma oração coordenada ou subordinada indicando se o sujeito do verbo de uma oração é correferencial ou não com o sujeito do verbo da outra oração, ou seja, esse morfema afixado ao verbo indica se o sujeito de uma oração é idêntico ou diferente do sujeito da oração seguinte. Observe abaixo os exemplos do sistema de *switch reference* em orações coordenadas:

## Exemplo 3.30 – Koita

- a. *daka oro-go-i era-ga-nu*  
 eu vir-SG-SS ver-SG-PAST  
 “eu vim e o vi”
- b. *daka oro-go-nuge auki da era-ga-nu*  
 eu vir-SG-DS ele me ver-SG-PAST  
 “eu vim e ele me viu”  
 (DUTTON, 1975 *apud* LYNCH, 1983, p. 210)

Na língua koita (família trans-neoguineana, Papua Nova Guiné), o período composto por coordenação recebe a marcação morfológica de *switch reference* no verbo da primeira oração. O sufixo *-i*, glosado como SS (*same subject*) indica que o sujeito da primeira oração é o mesmo da segunda, ao passo que o sufixo *-nuge*, glosado como DS (*different subject*), indica que o sujeito da segunda oração é diferente do sujeito do verbo da primeira oração.

Observe abaixo o fenômeno da *switch reference* agora em orações subordinadas:

## Exemplo 3.31 – Diyari

- a. *ɲatu kanta kul<sup>y</sup> akul<sup>ya</sup> tayi-na / ɲani piti-yi*  
 eu(ERG) grama(ABS) verde(ABS) comer-REL(SS) eu(ABS) peidar-PRES  
 “quando eu como grama / eu peido”
- b. *kan<sup>y</sup>ɲi mindi-ya nani / naka-lda nawu wakara-nani*  
 poder correr-PAST ela(ABS) lá-LOC ele(ABS) vir-REL(DS)  
 “ela poderia ter corrido (a distância) / se ele voltasse novamente”  
 (ANDREWS, 2007, p. 176-177)

Na língua diyari (família pama-nyungan, Austrália), a marca morfológica de *switch reference* é um sufixo que se afixa ao verbo da oração subordinada. No primeiro exemplo, o sufixo *-na* ocorre no verbo *tayi-* (*comer*) da oração subordinada e indica que o sujeito é idêntico ao da oração principal. No segundo exemplo, o sufixo *-nani* ocorre no verbo *wakara-* (*voltar*) da oração subordinada e indica que o sujeito não é o mesmo da oração principal. O fenômeno da *switch reference* nas

duas línguas mostra que, caso as orações se articulem em TOP-COM ou CMM-CMM, por exemplo, a proposta da unidade informacional como ilha sintática não se aplicaria.

#### Exemplo 3.32

daka oro-go-**nuge** /=CMM= auki da era-ga-nu //CMM=  
 “eu vim /=CMM= e ele me viu //CMM=”

#### Exemplo 3.33

ɲatu kanta kulʷ akulʷa tayi-**na** /=TOP= ɲani piti-yi //COM=  
 “quando eu como grama /=TOP= eu peido //COM=”

A marca morfológica de *switch reference* é uma indicação de que as duas orações mantêm uma relação sintática, seja de coordenação ou de subordinação. Esse fato é evidenciado morfológicamente no nível do sujeito, seja ele idêntico ou diferente nas duas orações. Tal marca está ausente em orações simples em que ocorre apenas um sujeito. Dessa forma, esse fenômeno só é empregado em sentenças complexas que, via de regra, estabelecem relação sintática.

### 3.5.3 As marcas de sujeito em línguas bantu

As línguas bantu apresentam um sistema específico em sua morfologia nominal indicando determinadas classes por meio de prefixos. Cada classe comporta um conjunto de nomes que compartilham os mesmos prefixos e o mesmo padrão de concordância. De acordo com Rego (2012), a distribuição das classes é semântica, binária<sup>15</sup> e seu número pode variar de acordo com cada língua bantu.

Tais classes são responsáveis por engatilhar concordância com o sujeito por meio de um prefixo no verbo. Esse prefixo é denominado na literatura dos estudos sobre línguas bantu como *marca de sujeito* (cf. CREISSELS, 2005; ZELLER, 2008a, 2008b; LANGA, 2012;

<sup>15</sup> Essa propriedade diz respeito a que as classes 1 e 2 estão relacionadas pelas mesmas propriedades semânticas e pelo fato de a primeira indicar o singular e a segunda o plural. Essa relação da indicação da categoria de número está presente entre as classes 3/4, 5/6 etc. É preciso dizer que há também algumas exceções nessa propriedade binária (cf. REGO, 2012, para mais informações).

NGUNGA, 2014, entre outros). Para cada classe haverá uma marca de sujeito, que pode ser diferente ou pode coincidir com o prefixo da classe correspondente (cf. NGUNGA; SIMBINE, 2012).

Abaixo é possível observar a concordância que é estabelecida entre os prefixos de classe e a marca de sujeito em exemplos de algumas línguas bantu:

Exemplo 3.34 – Changana

a. **X**ingove **xi**wile

‘o gato caiu’

b. **S**vingove **svi**wile

‘os gatos caíram’

(NGUNGA, 2014, p. 72, grifos do autor)

Exemplo 3.35 – Kinyarwanda

Umugoré *a*-teets-e                      inyama

mulher1 SM1-cozinhar-ASP   carne9

“a mulher está cozinhando carne”

(ZELLER, 2008a, p. 407)

Exemplo 3.36 – Zulu

Ikati li-ya-gul-a

gato5 SM5-DIS-estar.doente-FV

“o gato está doente”

(ZELLER, 2008b, p. 1)

Caso o enunciado se articulasse numa configuração TOP-COM, a relação de sujeito-predicado não se alteraria. O prefixo no verbo marcando concordância mostraria que não há possibilidade de considerar que a relação sintática entre os elementos está ausente nesses casos.

Embora os argumentos tipológicos apresentados nesta seção careçam do áudio disponível para verificação, a problematização não deve ficar de fora por não poder ser comprovada no presente momento. Os fenômenos tipológicos listados, bem como aqueles efetivamente atestados

nos *minicorpora* constituem, dessa maneira, um arcabouço robusto de contraexemplos à proposta da L-AcT para o estudo da sintaxe na fala.

### 3.6 Sobre as evidências para o postulado das ilhas sintático-semânticas

Cresti e Moneglia (2010) apresentam sete evidências para o postulado das ilhas, que giram em torno de uma hipótese sobre a inexistência de composicionalidade entre as unidades de TOP e de COM. Essas evidências serão discutidas nesta seção. Ressalta-se que as objeções apresentadas não dizem respeito necessariamente às descobertas dos autores, mas sim às generalizações que são extraídas a partir de tais descobertas. A primeira evidência que os autores apresentam diz respeito à interpretação não composicional do padrão TOP-COM que acontece em enunciados sem verbos e que mostram uma suposta relação de modificação nominal.

#### Exemplo 3.37 – ifamd114

\*TAM: [41] le mele /=TOP= fatte a cigno //COM=

“(em relação às) as maçãs /=TOP= (a forma correta deve ser) como um cisne //COM=”

O contexto de 3.37 refere-se a uma conversa entre mãe e filha sobre a organização de uma festa surpresa. Elas discutem quais pratos serão preparados. Um desses pratos constitui-se de maçãs esculpidas em formato de cisne. O enunciado de TAM especifica em qual formato as maçãs devem ser esculpidas. A leitura de 3.37 não deve ser de modificação nominal, pois o significado do enunciado não comportaria essa análise. O argumento para uma leitura não composicional é a hipótese de que caso o mesmo conteúdo fosse realizado apenas na unidade de COM, sua estrutura sintática seria alterada de um NP + AdjP para um NP complexo, em função de haver uma alteração na interpretação semântica evocada pelos diferentes padrões informacionais. Nesse caso, ocorreria de fato uma relação de modificação nominal.

#### Exemplo 3.38

le mele fatte a cigno //COM=

“as maçãs semelhantes a cisnes //COM=”

Esse dado ilustra a propriedade que a prosódia tem de atribuir diferentes sentidos a uma sequência potencialmente ambígua, podendo conseqüentemente alterar sua estruturação sintática. O fenômeno mostrado é muito estudado em Psicolinguística. Contudo, casos como o do enunciado de 3.39 não se aplicam a esse padrão, uma vez que a estrutura só pode possuir a leitura de modificação nominal, isto é, quando não há uma potencial ambigüidade, a leitura do padrão TOP-COM deve ser composicional, preservando assim a estrutura de modificação nominal.

Exemplo 3.39 – bfamev02

\*RUT: [319] Zé Levi /=TOP= também //COM=

O contexto do trecho acima refere-se a uma conversa entre três amigas sobre o casamento da filha de uma delas. TER estava em dúvida a respeito do envio do convite do casamento de sua filha. RUT diz que o convite poderia ser enviado para todos, mas em relação aos padrinhos, TER deveria escolher com mais cuidado, tendo em vista que algumas pessoas estavam passando por certos problemas e não poderiam participar. RUT então menciona que Guilherme era uma delas, bem como Zé Levi, ou seja, Zé Levi também não poderia participar como padrinho. O enunciado 319 não comporta a possibilidade de duas leituras, logo a leitura do padrão TOP-COM deve ser composicional, isto é, o advérbio *também* modifica o nome *Zé Levi* e sua leitura é a mesma independentemente de ter sido realizado em TOP-COM ou em COM. Tanto padronizado em TOP-COM quanto linearizado em COM, o enunciado não teria sua estrutura sintática alterada. Isso não significa que pragmaticamente seriam sinônimos, já que há uma diferença informacional entre TOP-COM e COM. O fato é que essa diferença não se estenderia para o nível sintático. Além disso, em outros contextos onde também não existe uma ambigüidade em potencial, a leitura deve ser igualmente composicional, como é o caso de 3.40. Nesse exemplo, o NP *the penguins* não pode ter outra interpretação além de sujeito.

Exemplo 3.40 – apubmn01

\*KIR: [335] the [/1] the penguins /=TOP= are numbered //COM=

“os [/1] os penguins /=TOP= estão numerados //COM=



Não há outra leitura sintática para a oração acima. Se ela tivesse sido produzida de forma linearizada em COM, sua estrutura sintática seria idêntica. O que mudaria evidentemente seria o nível informacional, conforme já mencionado. Uma evidência para essa análise seria a possibilidade de haver um pronome resumptivo que se refere anaforicamente ao NP. Ou seja, em 3.41, o pronome sujeito *they* só pode se referir ao NP *the penguins*. Isso significa que na ausência do pronome *they*, o NP só pode ser o sujeito.

#### Exemplo 3.41

the penguins /=TOP= they are numbered //COM=  
 “os pinguins /=TOP= eles estão numerados //COM=”

O mesmo raciocínio se aplica ao exemplo 3.25 da seção 3.4. Não há uma ambiguidade em potencial nesse dado, ele constitui um caso típico de negação dupla no PB. O que fica mais evidente é o fato de que se a leitura composicional não for assumida, gera-se uma interpretação agramatical da sentença. Nenhum falante do PB entende, por conseguinte, que o escopo da negação dupla seja restringido pela unidade informacional. Dessa forma, quando não existe a possibilidade de duas leituras diferentes, a prosódia não altera a estrutura sintática da oração e, portanto, a leitura é obrigatoriamente composicional.

A segunda evidência que os autores apresentam para o postulado das ilhas é o fato de existirem anacolutos sintáticos no padrão TOP-COM, sendo que as expressões em TOP são independentes da regência do verbo em COM em dados como 3.42.

#### Exemplo 3.42

\*APR: mensile /=TOP= costa un po' di più //COM=  
 “mensalmente /=TOP= custa um pouco mais //COM=”

Os autores argumentam que uma leitura composicional não é possível tendo em vista a natureza de anacoluto do AdjP em TOP. Eles dizem que, para serem interpretados, os anacolutos requerem o padrão TOP-COM. Todavia, a possibilidade de haver anacolutos sintáticos apenas ilustra que a unidade de TOP, nesses casos específicos, tem a função de abrigar dentro de seu domínio um item independente. Mas isso não impede que haja elementos não anacolutos em TOP. De qualquer

forma, como os anacolutos são justamente elementos que não estabelecem relação sintática, o postulado da ilha ainda não é plenamente justificado, já que em dados como 3.40, o NP não pode ser um anacoluto devido à relação de sujeito que mantém com o verbo, conforme discutido. Isso significa que a existência de anacolutos em TOP não constitui uma justificativa para os demais casos serem classificados dentro dessa mesma classe.

A terceira evidência para o postulado das ilhas é a impossibilidade de uma leitura composicional caso se considere que a relação entre TOP-COM seja de *aboutness* pragmática, e não semântica. Os autores dizem que a relação de *aboutness* semântica corresponde a uma proposição e é necessariamente composicional. Esse argumento é problemático porque o próprio conceito de proposição é bastante questionado em Filosofia (cf. QUINE, 1970). Entretanto, para fins argumentativos, não será adotada aqui a linha que nega a existência da entidade proposição. De acordo com os autores, a interpretação do TOP em termos de *aboutness* semântica equivaleria a uma proposição, contudo a interpretação pragmática mostraria algo distinto. O exemplo e as explicações abaixo são de Cresti e Moneglia (2010).

#### Exemplo 3.43

\*UO1: e quando un uomo politico si commuove /=TOP= è un cretino  
//=COM=

“e quando um homem político se comove /=TOP= é um idiota  
//=COM=”

Semântica: É desaprovado que a propriedade de ser um idiota seja sobre os eventos em que um político se mostra emocionado. A paráfrase é uma proposição.

Pragmática: O ato de desaprovação “ele é um idiota” é sobre o domínio de relevância identificado por “quando um político se mostra emocionado”. A paráfrase corresponde ao enunciado, mas não é uma proposição.

Segundo os autores, a interpretação de *aboutness* pragmática explicita a que se refere o ato de fala no devido contexto, já a interpretação de *aboutness* semântica gera uma proposição que pode ser apropriada ao contexto, mas não especifica seu domínio de relevância, uma vez que

sua leitura é composicional. Devido a isso as duas paráfrases não seriam equivalentes. Esse argumento mostra que o nível lógico-proposicional é distinto e não equivale ao nível pragmático. Sabendo que na fala o domínio de relevância é fornecido exclusivamente por meio da prosódia, espera-se que a paráfrase em termos proposicionais não especifique esse domínio, já que a proposição é uma entidade abstrata, sem correlato acústico. Não obstante, mesmo que se aceite que o enunciado possa ser parafraseado por uma proposição, isso não justifica o postulado de que o TOP seja uma ilha sintática. O nível pragmático não entra em conflito com o nível sintático na medida em que ser o domínio de relevância de uma ilocução não diz respeito, por exemplo, a que um NP possa ou não ser sujeito de um verbo qualquer. Isso se deve ao fato de que o nível informacional não pré-especifica a escolha das palavras nem pré-determina a natureza categorial dos itens como pertencentes a uma determinada classe de palavras. Logo, o que decidirá se um NP em TOP possa ou não ser sujeito será a função sintática que ele estabelece com o verbo. De outro modo, qual seria a motivação para que uma ilocução impeça que o conteúdo lexical de seu domínio de relevância fique impossibilitado de estabelecer uma relação oriunda de outro nível linguístico? Em que medida ser o domínio de relevância implica não poder tomar parte numa relação sintática cuja motivação está relacionada ao potencial argumental do verbo (em casos de relação sujeito-predicado)? Essas questões não são esclarecidas pelo argumento dos autores. Adicionalmente, eles afirmam que a noção de *aboutness* semântica não se aplicaria ou, pelo menos, geraria proposições sem sentido nos exemplos em que o TOP apresenta anacolutos, como 3.42. Nesse caso, o argumento mostra mais que a noção de proposição não possui validade empírica do que constitui propriamente uma justificativa para que o TOP seja uma ilha, tendo em vista que essa unidade pode igualmente abrigar elementos que não são anacolutos.

A quarta evidência que os autores apresentam constitui um argumento cumulativo, isto é, ele só é válido caso se aceite que o TOP nunca possa ter uma leitura composicional, que ele seja sempre um anacoluto e que sua função de especificar o domínio de relevância para a ilocução não seja especificado por uma proposição. Os autores postulam que a identificação e diferenciação entre TOP e sujeito se baseia

exclusivamente na prosódia.<sup>16</sup> O TOP teria um perfil prosódico do tipo prefixo (*prefix*), ao passo que o sujeito sempre estaria linearizado no enunciado. O fato é que, da forma como o TOP é definido pela L-AcT, não há uma verdadeira restrição para que um NP como *the penguins* em 3.40 seja impedido de estabelecer a relação sintática de sujeito. Não sendo uma categoria sintática própria que se sobreponha a outras categorias, a unidade de TOP permite que exista um NP sujeito em seu domínio desde que haja as condições sintáticas necessárias para a sua ocorrência. O perfil prosódico de tipo *prefix* difere um enunciado complexo de um enunciado simples, mas não diz respeito necessariamente à possibilidade de existência ou não da categoria sujeito em seu domínio, tendo em vista que a natureza sintática de um NP é determinada por princípios gramaticais.<sup>17</sup> O argumento dos autores é válido em apenas uma direção, isto é, um NP sujeito quando linearizado não pode ser um TOP, já que a prosódia específica de TOP está ausente. Mas isso não torna verdadeiro o fato de que um NP que ocorra em TOP não possa constituir o sujeito da oração, já que um sujeito não é definido exclusivamente com base em características prosódicas. O sujeito é uma categoria sintática e sua identificação se baseia em propriedades gramaticais dos termos da oração (cf. BARÐDAL, 2006). É por isso que em 3.40 existe um NP sujeito mesmo que ele seja realizado com a prosódia de TOP.<sup>18</sup>

A quinta evidência é baseada em restrições semânticas no padrão TOP-COM. Segundo os autores, pronomes pessoais anafóricos, pronomes indefinidos, NPs negativos e NPs indeterminados não podem ocorrer em TOP porque eles não especificam uma informação linguística que permita a individuação (*individuation*) da entidade referida no nível

<sup>16</sup> Nas palavras dos autores: “(...) assuming the formal distinction between Topic and Subject on the basis of stress and prosodic features, corpus based investigations provide results that confirm their differential nature” (CRESTI; MONEGLIA, 2010, p. 34).

<sup>17</sup> Note que não é possível determinar qual NP é o sujeito das seguintes orações com base apenas no fator prosódico que marca a linearização: a. o Pedro matou o Paulo //COM=; b. apita o final de jogo o juiz //COM=

<sup>18</sup> Observe que falta uma justificativa à proposta de Cresti e Moneglia (2010) para que ela deixe de constituir um argumento *ad hoc*: “Given that obviously a Subject cannot be a Topic, we must also consider that, conversely, if one expression positively conveying the information function of Topic cannot for this reason also play the role of Subject and that this relation cannot be interpreted in the frame of sentence compositionality” (CRESTI; MONEGLIA, 2010, p. 34).

cognitivo, ao passo que como sujeito essas categorias poderiam ocorrer livremente. Contudo, algumas dessas categorias ocorrem na unidade de TOP. Em PB, é possível haver NPs indeterminados em TOP e em inglês é possível haver pronomes pessoais anafóricos também nessa unidade.

Exemplo 3.44 – bfamcv02

\*TER: [21] mas /=INP= **gente velha** /=TOP= já prometeu o [/1]=SCA= os presente /=TOP= <já /=SCA= pode> garantir que ganhou //COM=

Exemplo 3.45 – bfamdl01

\*REN: [145] **desinfetante** /=TOP= a gente precisa //COM=

Exemplo 3.46 – afamcv03

\*TOC: [128] **he** /=TOP= absolutely /=APT= was /=INT= so incredibly upset /=CMM= I couldn't believe this //CMM=

Note que o fato de os autores não encontrarem esse tipo de dado no *corpus* analisado não significa que ele esteja ausente em outros *corpora*. Portanto, é preciso rever o alcance das possíveis restrições. Esse é um tema que merece uma investigação mais aprofundada. Dessa forma, o argumento apresentado ainda não justifica plenamente o estatuto do TOP como uma ilha sintática.

A sexta evidência se refere a uma diferença entre TOP e sujeito baseada numa restrição das relações fônicas de clíticos no italiano. Nessa língua, seria agramatical dados em que o objeto de um verbo, em TOP, ocorra sem a presença de um clítico em COM:

Exemplo 3.47

a. il pane /=TOP= \*ho già comprato //COM=

“o pão /=TOP= já comprei //COM=”

b. il pane /=TOP= l'ho già comprato //COM=

“o pão /=TOP= já o comprei //COM=”

Segundo os autores, o TOP não toma parte na configuração sintática do VP e, por conseguinte, não satura o argumento do verbo em COM. Logo, o TOP é independente e não composicional com o restante do enunciado. Esse argumento é forte para o italiano, mas não se aplica

a todas as línguas. Em PB, existe a possibilidade de que o argumento do verbo seja saturado sem a necessidade de um clítico ou mesmo de um pronome forte em COM, conforme ilustra 3.48. Portanto, o TOP ainda não pode ser considerado uma ilha com base nesse argumento.

Exemplo 3.48 – bfamdl02

\*BAL: [13] **as pilhas** /=TOP= eu coloquei aqui //COM=

Ainda nessa mesma linha argumentativa, os autores dizem que não foram encontrados no *corpus* dados de uma relação catafórica entre um clítico em TOP e o seu referente em COM.

Exemplo 3.49

quando  $l_i$ 'ho guardato /=TOP=  $Mario_i$  ha voltato la testa //COM=  
 “quando olhei para *ele*, /=TOP=  $Mario_i$  virou sua cabeça //COM=”

Por esse tipo de fenômeno ser possível em dados escritos, isso constituiria uma justificativa para uma diferenciação entre a organização da informação na fala e na escrita. A explicação para que esse fenômeno não ocorra na fala seria a de que o domínio de referência para o COM depende de sua identificação em TOP. Como na catáfora o clítico ocorre antes em TOP, o referente em COM deveria achar sua identificação no próprio COM. Saliencia-se que uma investigação diacrônica seria necessária para verificar o percurso desse fenômeno na língua, sendo que ele poderia constituir apenas a conservação de um padrão restrito a alguns gêneros textuais da diamesia escrita que não encontrou lugar na fala por questões extralinguísticas. Ademais, é de se esperar que algumas estruturas da escrita não ocorram na fala, tendo em vista que não falamos como escrevemos, e vice-versa. De qualquer modo, é importante observar que a ausência desse tipo de dado na fala não decorre necessariamente da hipótese de que o referente deve estar disponível em TOP para que o pronome em COM ache sua identificação. Em outros ambientes sintáticos esse fenômeno também não ocorre mesmo se linearizado no enunciado:

Exemplo 3.50

\* $Ele_i$  disse que  $Mário_i$  viaja sempre //COM=

\* $Se_i$  considera  $Mário_i$  inteligente //COM=

A sétima evidência relaciona-se à ausência de composicionalidade no padrão TOP-COM em função da distribuição de índices modais no enunciado. Segundo Cresti e Moneglia (2010), se um enunciado apresenta índices modais em unidades informacionais diferentes, cada unidade mantém sua própria modalidade, ou seja, o escopo da modalidade não pode ultrapassar a fronteira da unidade informacional. O que sustentaria esse posicionamento seria a falta de sentido da paráfrase, em termos proposicionais, gerada através da interpretação composicional de um enunciado que apresenta dois índices modais em unidades diferentes.

Exemplo 3.51 – ifamecv01

\*MAX: [191] secondo me /=TOP= ne dimostrava di più //=COM=  
 “na minha opinião /=TOP= ela parecia mais velha //=COM=”

De acordo com os autores, a paráfrase proposicional gerada através da interpretação composicional do enunciado não faria sentido: *eu subjetivamente avalio que eu afirmo que ela parecia mais velha*. Isso justificaria a impossibilidade de uma leitura composicional do padrão TOP-COM e, portanto, marcaria a independência sintático-semântica das unidades informacionais. A paráfrase correta, segundo os autores, deveria ser *eu afirmo que ela parecia mais velha, mas é minha avaliação atual*. Essa paráfrase é composta por duas orações coordenadas modalizadas em que cada uma mantém sua própria modalidade. Eles argumentam que se TOP e COM mostram independência em relação à modalidade, não sendo possível analisá-la composicionalmente, os itens desse padrão não poderiam ser partes de uma mesma estrutura sintática. Contudo, há casos em que a modalidade pode ultrapassar a fronteira de TOP. As orações subordinadas condicionais (“se *p*, então *q*”) representam um conjunto de dados bastante robusto que invalida esse argumento, porque nelas a prótase “atua como um angulador, que estabelece as condições de validação do discurso subsequente” (ÁVILA, 2014, p. 139).

Exemplo 3.52 – bfamecv04

\*BRU: [268] <e se for uma palavra composta /=TOP= cê faz assim>  
 //=COM=

Segundo Mello (2016), nas orações condicionais, como 3.52, “o escopo da modalidade por elas expressa pode ultrapassar o limite

da unidade informacional” (MELLO, 2016, p. 191). Desse modo, a modalidade não justifica plenamente o estatuto de TOP como uma ilha.

Por fim, os autores concluem dizendo que as seguintes relações sintáticas e semânticas podem ocorrer linearizadas no enunciado, mas são barradas quando se desenvolvem no padrão TOP-COM. Não obstante, para cada relação elencada pelos autores, apresenta-se um contraexemplo correspondente que ilustra a possibilidade de uma leitura composicional.

### 1. *Modificação (NP: Núcleo nominal-Modificador)*

Exemplo 3.53 – bfamcv02

\*RUT: [319] **Zé Levi** /=TOP= também //COM=

### 2. *Regência (VP: Verbo-Objeto direto e objeto indireto<sup>19</sup>)*

Exemplo 3.54 – bfamdl02

\*BAL: [13] **as pilhas** /=TOP= eu coloquei aqui //COM=

### 3. *Predicação (Sentença: Sujeito-Predicado)*

Exemplo 3.55 – apubmn01

\*KIR: [365] the [1] **the penguins** /=TOP= are numbered //COM=  
 “os [1] os pinguins /=TOP= estão numerados //COM=”

### 4. *Modalização (Proposição: Composicionalidade de índices modais)*

Exemplo 3.56 – bfamcv04

\*BRU: [268] <e **se for uma palavra composta** /=TOP= **cê faz assim**>  
 //COM=

Da discussão apresentada nesta seção, é possível levantar as seguintes considerações:

<sup>19</sup> Embora numa varredura preliminar não se encontraram exemplos de objeto indireto, acreditamos não ser agramatical esse tipo de ocorrência. Em PB, a preposição geralmente é omitida quando ocorre em TOP, cf. exemplo 3.45.



- (i) a leitura composicional do padrão TOP-COM não só é possível como também é obrigatória em alguns casos;
- (ii) nem todo sintagma em TOP é um anacoluto;
- (iii) as relações sintáticas e semânticas podem ultrapassar a fronteira da unidade informacional.

Isso indica que nem todos os dados obedecem às generalizações assumidas por Cresti e Moneglia (2010), portanto elas devem ter seu escopo reduzido. Isso implica, por sua vez, que o postulado das ilhas sintático-semânticas precisa ser revisto.

#### **4 Discussão sobre a abordagem da L-AcT para o estudo da sintaxe da fala**

Nesta seção, alguns pontos sobre a abordagem da L-AcT serão retomados e outros ainda não mencionados serão explorados. Será apresentada uma visão crítica a respeito desses pontos, tendo por objetivo contribuir com o debate a respeito do que foi proposto inicialmente nos trabalhos de Cresti (2011, 2014).

Segundo Miller (2011), “todo trabalho sintático envolve teoria, embora não necessariamente modelos formais” (MILLER, 2011, p. 1).<sup>20</sup> Há nessa passagem duas importantes considerações que mereceriam uma reflexão. Todavia, focar-se-á aqui apenas em uma delas. De acordo com o autor, não existe um estudo sintático atóxico. Essa observação é importante, pois permite desconsiderar possíveis abordagens que pretendem ser baseadas numa descrição sem que esta esteja relacionada a algum aspecto teórico de base. Ou seja, o tratamento dado a qualquer observação a respeito da sintaxe passará necessariamente por um posicionamento teórico, seja o das categorias mais tradicionais até o das representações mais complexas ou abstratas possíveis. Portanto, é preciso que o seguinte (provável) raciocínio seja evitado: se a prosódia é um componente natural da fala – e considerando que ela esteja alinhada à estrutura informacional do enunciado, que pode ser composto por diferentes unidades informacionais – logo haverá um caminho natural por

---

<sup>20</sup> Tradução nossa do original: “all syntactic work involves theory, though not necessarily formal models”.

qual devem passar os constituintes que se encontram entre as unidades informacionais, sendo este caminho constituído única e exclusivamente pela noção de ilhas sintático-semânticas. Em outras palavras, os conceitos de linearização e de padronização propostos pela L-AcT são tão teóricos quanto as categorias tradicionais de sujeito ou de objeto indireto, por exemplo. E na condição de construtos teóricos – e não na de uma suposta relação natural amparada pelo componente prosódico – eles são inteiramente passíveis de verificação empírica, podendo, dessa forma, ser atestados ou refutados, sobretudo por terem sido elaborados a partir de uma perspectiva *corpus-driven*.

A verificação da plausibilidade desses construtos deve ser encarada, portanto, com o intuito de se obter uma otimização de recursos teóricos. Admite-se, por conseguinte, que a noção de ilha sintática não reflete uma relação natural entre os elementos, relação esta que poderia ser recuperada ou evidenciada por meio de um componente natural da língua, isto é, a prosódia. A proposta da insularidade permanente entre os constituintes que se encontram entre unidades informacionais é um construto teórico e merece ser investigado a fim de que seja atestado ou refutado. Nesse sentido, não há uma equivalência entre os construtos teóricos de linearização e de padronização com o estatuto natural encontrado no componente prosódico da linguagem.

Refletir sobre o raciocínio apresentado acima é importante não só para separar o que é natural da linguagem do que é individualizado teoricamente, mas, sobretudo, para desvincular a ideia de que a prosódia determina necessariamente ilhas sintático-semânticas por meio da realização de unidades informacionais, o que está na base da abordagem da L-AcT, como pode ser verificado na seguinte passagem: “Na perspectiva da L-AcT a ‘redução’ sintática da fala é feita em favor de sua funcionalidade pragmática” (CRESTI, 2014, p. 375).<sup>21</sup> A funcionalidade pragmática, evocada por cada unidade informacional, está diretamente relacionada ao componente prosódico, uma vez que o componente que segmenta a fala em unidades informacionais é justamente a prosódia. Logo, esse componente fundamental torna-se um veículo natural para que a noção de ilha seja justificada.

---

<sup>21</sup> Tradução nossa do original: “In the L-AcT perspective, the syntactic ‘reduction’ of speech is done in favour of its pragmatic functionality”.

A prosódia teria o controle para individualizar o que é de natureza sintática daquilo que é de natureza pragmática, conforme pode ser observado em passagem do trabalho de Mittmann (2012), baseado na perspectiva da L-AcT: “as características prosódicas funcionam como marcas linguísticas que assinalam a escolha do falante por realizar um certo sintagma como Tópico, sujeito ou outro constituinte” (MITTMANN, 2012, p. 155). Não obstante, o que os dados parecem mostrar é que o objeto definido pela L-AcT como Tópico permite que haja constituintes que são sintaticamente sujeitos gramaticais da oração. Não há algo que barre gramaticalmente os constituintes dos exemplos abaixo em unidade de TOP constituírem elementos pertencentes à categoria de sujeito:

Exemplo 4.1 – apubmn01

\*KIR: [365] the [/1] **the penguins** /=TOP= are numbered //COM=  
 “os [/1] os pinguins /=TOP= estão numerados //COM=”

Exemplo 4.2 – afamnm01

\*LYN: [84] **and your horse’s foot** /=TOP= is just really wide or something  
 //COM=  
 “e a pata do seu cavalo /=TOP= é muito larga ou algo assim  
 //COM=”

Segundo Cresti (2014), “(...) o conteúdo linguístico realizado em mais de uma unidade informacional (isto é, padronizado) não pode desenvolver uma configuração sintática hierárquica através dos limites da unidade informacional” (CRESTI, 2014, p. 374, nota 14).<sup>22</sup> Contudo, já foi mostrado que essa proposta não se aplica em todos os casos. Considere os exemplos abaixo:

Exemplo 4.3 – bpubmn01

\*SHE: [21] &estu [/1]=EMP= &he /=TMT= **trabalhar no Estado** /=TOP=  
 com língua estrangeira /=APT= é lutar contra a maré //COM=

<sup>22</sup> Tradução nossa do original: “(...) the linguistic content performed for more than one information unit (i.e. patterned) cannot develop a syntactic hierarchical configuration across the information unit boundaries”.

## Exemplo 4.4 – bfamcv04

\*BRU: [269] <e se for uma palavra composta /=TOP= cê faz assim>  
 //COM=\$

As estruturas em negrito são amplamente documentadas na literatura como orações subordinadas, portanto é contraintuitivo assumir que elas estejam flutuando sem apresentar alguma relação sintática com suas correspondentes orações matrizes. Essa análise desconsideraria a natureza de dois tipos diferentes de dados, ou seja, aqueles que apresentam relação sintática e os que de fato não apresentam. Tais orações subordinadas mostram ainda traços gramaticais que de alguma maneira caracterizam seu estatuto convencional de subordinação, ou seja, o uso de verbos no infinitivo e no subjuntivo, respectivamente. Nesse sentido, a proposta da L-AcT confere à prosódia um papel que ela não exerceria, isto é, a ação de determinar a potencialidade categorial de um dado elemento elencado dentro de uma unidade informacional. Isso ocasiona uma destituição do nível linguístico que organiza os elementos em termos de hierarquia em favor de um nível que ocupa outro lugar na organização da cadeia da fala. À estrutura informacional veiculada pela prosódia não caberia o papel de estabelecer o que seja ou não um sujeito ou uma oração subordinada dentro de um enunciado, mesmo que ela comporte funções pragmáticas específicas no texto.

Seguindo essa linha de raciocínio, a prosódia veiculando uma unidade informacional não cumpriria a função de quebrar um aspecto constitutivamente sintático e processualmente morfológico, como ocorre na marcação de caso, na concordância ou no sistema de *switch-reference*, por exemplo. Nesse sentido, se a abordagem da L-AcT for levada em consideração para as línguas de caso – esclarecido o fato de que os elementos podem alocar-se em unidades informacionais diferentes – a prosódia teria de adentrar a estrutura interna da palavra – formada por um processo morfológico de afixação de caso – e extirpar a propriedade primordial do componente sintático revelado, nessas línguas, pela morfologia – isto é, a hierarquia. Em vista disso, a anulação do nível sintático ou da hierarquia de constituintes seria uma função concedida à prosódia para que ela exerça o papel de organização informacional no nível pragmático, resultando no que Cresti (2014) atribui como “a redução sintática da fala”. Sem embargo, não seria razoável conceber que a prosódia carregue uma propriedade que confira a ela certa função

(ou que exerça o papel) de anular o significado sintático de um morfema dentro de um sistema altamente convencional, como é o da marcação de caso, por exemplo.

A proposta da L-AcT se aplica de forma adequada a certos casos que, inegavelmente, compõem um conjunto considerável de ocorrências na fala, mas que não justificariam a integralidade da proposta. Considere os exemplos abaixo:

Exemplo 4.5 – ifamdl02

\*LID: [86] **i'mi' bisnonno** /=TOP= Pietro //COM=  
 “o meu bisavô /=TOP= Pietro //COM=”

Exemplo 4.6 – bfamdl03

\*LAU: [148] **departamento** /=TOP= Artes Plásticas //COM=

Nesses enunciados, não é estabelecida efetivamente uma relação sintática entre os elementos alocados nas unidades de TOP e de COM. A esse respeito, Cresti (2014) argumenta que “(...) o que é ‘perdido’ numa abordagem sintática composicional é mantido na L-AcT por funções pragmáticas que veiculam o padrão informacional do enunciado” (CRESTI, 2014, p. 374).<sup>23</sup> De fato, essa proposta é adequada a esse tipo de dado. Mas, o fato é que nem todos os dados são dessa natureza, isto é, nem todas as ocorrências obedecem à organização verificada nos exemplos acima. Observe o seguinte exemplo:

Exemplo 4.7 – afammn02

\*ALN: [51] **Marcia** /=TOP= had a relative in Mexico /=COB= or something  
 /=COB= but they'd been down there /=COB= many times //COM=  
 “Marcia /=TOP= tinha um parente no México /=COB= ou algo  
 assim /=COB= mas eles mas eles tinham estado lá /=COB= muitas vezes  
 //COM=”

Considerando a proposta da L-AcT, a interpretabilidade dos enunciados que apresentam elementos sem ligação sintática, como nos

<sup>23</sup> Tradução nossa do original: “(...) what is ‘lost’ from a syntactic compositional framework is maintained within L-AcT by pragmatic functions performing an utterance’s information pattern”.

exemplos 4.5 e 4.6, é compensada ou recuperada pela função pragmática exercida pela unidade de TOP. Nesse caso, é preciso esclarecer, então, o que determinaria que o NP *Marcia*, no exemplo 4.7, não esteja sintaticamente ligado ao restante do enunciado. O raciocínio da proposta da L-AcT parece se desenvolver do seguinte modo: se em alguns casos (4.5 e 4.6 acima, por exemplo) os elementos da unidade de TOP não estabelecem relação sintática com os elementos da unidade de COM, logo nenhum outro elemento em TOP estabelecerá, e isso valeria para outras unidades informacionais textuais. No entanto, essa proposta teórica acarretaria uma interpretação incorreta para os dados que não obedecem ao padrão de 4.5 e 4.6, o que gera, por sua vez, uma incompatibilidade analítica entre os dois casos. Dessa forma, se esse raciocínio não for levado em consideração, o que se constatará é que nem todos os dados atestarão a proposta da L-AcT das ilhas sintático-semânticas. Argumenta-se, portanto, que o postulado exibido na passagem abaixo não se aplica à totalidade dos casos encontrados nos dados dos *corpora*:

De acordo com a L-AcT, cada unidade informacional de um padrão (identificado por uma unidade prosódica) determina o limite do respectivo *chunk* semântico/sintático correspondente a ela na ativação locucionária. Dado que cada *chunk* linguístico é concebido a fim de desenvolver uma função pragmática, a combinação deles dentro de um enunciado não segue necessariamente regras sintáticas, gerando uma sentença bem formada: a sintaxe do enunciado não corresponde a uma configuração hierárquica unitária, mas à combinação de orações, sintagmas ou fragmentos sintáticos locais (CRESTI, 2014, p. 368, grifo nosso).<sup>24</sup>

Algo que deve ser observado nessa passagem é a explicação que Cresti (2014) apresenta para justificar a noção de ilha e fragmentar o

<sup>24</sup> Tradução nossa do original: “According to L-AcT, each information unit of an information pattern (identified by a prosodic unit) determines the boundary of the respective semantic/syntactic chunk corresponding to it in the locutionary activation. Given that each linguistic chunk is conceived in order to develop a pragmatic function, their combination inside an utterance does not necessarily follow syntactic rules, generating a well-formed sentence: the syntax of the utterance does not correspond to a unitary hierarchical configuration, but to the combination of local syntactic clauses, phrases, or fragments”.

papel da sintaxe na composição do enunciado. Segundo a autora, o fato de que o conteúdo locutivo seja destinado a desempenhar uma função pragmática dentro de cada unidade informacional resulta na formação de um enunciado sem relações sintáticas entre seus elementos. Entretanto, os dados parecem não sustentar essa assunção. Uma pergunta que pode ser feita nesse sentido é por que considerar que há ilhas sintáticas em enunciados como 4.1. A justificativa giraria em torno do fato de que seus constituintes estão dispostos numa articulação TOP-COM e, dado que cada constituinte está alocado dentro de uma unidade informacional que desempenha determinada função, isso implicaria uma consequente ausência de relação sintática entre eles. Ou seja, *the penguins* e *are numbered* são *chunks* linguísticos que se encontram em unidades informacionais diferentes e devido ao fato de que cada unidade desempenha uma função pragmática diferente, chega-se à conclusão de que os *chunks* desse enunciado não estabelecem relação sintática. Não obstante, faltaria um elo baseado numa evidência empírica para que essa explicação não caia numa ideia circular como a seguinte: *the penguins* não é sujeito de *are numbered* porque se encontra em TOP, já que NPs em TOP – respeitadas certas condições morfossintáticas para sua realização – não podem ser sujeitos sintáticos de elementos em COM – algo que necessita de evidência – então *the penguins* não pode desempenhar a função de sujeito. Em outras palavras, qual seria a justificativa para que uma função pragmática determine uma ilha no nível da sintaxe e da semântica? Por que há a pressuposição de que elementos que recebam o estatuto de *chunks* dentro das unidades informacionais configurem necessariamente ilhas sintático-semânticas?<sup>25</sup>

Acreditamos que o trecho do texto de Cresti (2014) acima pode dar margem a certa confusão do nível da argumentação feita aqui. Portanto, é preciso esclarecer e separar dois objetos de inquirição. O fato de que a unidade de referência da fala seja individualizada pela prosódia e que esse componente também organize o enunciado em unidades internas não faz com que sejam anuladas possíveis relações sintáticas entre os elementos alocados dentro de tais unidades. Esse é o ponto que está sendo desenvolvido neste texto. Não se pretende discutir qual é o lugar da sintaxe ou da prosódia na produção e na organização dos enunciados, isto é, não compete discutir, neste momento, se a L-AcT

---

<sup>25</sup> A exceção ficaria com as unidades de Apêndice, conforme mencionado na seção 2.1.

fornece evidências para afirmar que a prosódia preceda a sintaxe na estruturação da fala. Esse tipo de discussão não é nosso foco e tampouco é algo investigado por Cresti (2014). Trata-se, com efeito, de examinar até que ponto a proposta da L-AcT em seus postulados esteja sendo orientada pela natureza dos dados empíricos, naquilo que se refere ao componente sintático da linguagem em interação com a estrutura informacional. Esse é um fator que interfere no julgamento e na análise dos dados e precisa, portanto, ser avaliado. A sintaxe em interação com a estrutura informacional do enunciado é um ponto específico e argumentos a favor da precedência da prosódia sobre a sintaxe na organização do enunciado é outro ponto distinto.

No que Cresti denomina como “provas da composicionalidade sintática”, a autora apresenta uma aplicação de testes clássicos de validação de sintagma ou de oração, tais como clivagem, coordenação negativa e coordenação positiva depois de uma resposta positiva. Esses testes constituem a demonstração da proposta. Segundo Cresti (2014), apenas em dados que apresentam linearização a aplicação de tais testes não resultará em estranhamento semântico-sintático<sup>26</sup>. A autora pretende demonstrar que os dados em que ocorre padronização não passam nos testes supracitados. Para isso, ela seleciona dados de subordinação sintática em italiano e busca mostrar, por meio da aplicação dos testes, que o que ela denomina como “orações subordinadas aparentes” (*apparent subordinate clauses*) não constituem estruturas governadas por uma real subordinação sintática, ou seja, seriam ilhas dominadas pela configuração informacional do enunciado. A aplicação desses testes não será reproduzida aqui devido à limitação de espaço, o leitor interessado pode consultar Cresti (2014, p. 393-402). Limitar-nos-emos, assim, a alguns comentários gerais a seu respeito.

Acreditamos que um problema em potencial é que os tradicionais testes de identificação de sintagmas ou de orações atuam num nível que a L-AcT não explora, isto é, a sintaxe do ato locucionário interna à unidade informacional, aquela concernente às ilhas. Isso mostra, por sua vez, alguns fatos interessantes. Os testes ignoram a prosódia, a principal via de exploração e sustentação da proposta de Cresti (2014). Isso não

---

<sup>26</sup> Ao passo que, segundo a autora, dados que apresentam padronização “(...) the application of tests is stopped or produces odd outputs with unnatural meanings” (CRESTI, 2014, p. 400).



é, obviamente, um impeditivo para sua aplicação. No entanto, mostra a clara delimitação da governabilidade dos níveis prosódico e sintático, bem como um segundo fator caro à teoria: a omissão da exploração do já referido nível sintático interno à unidade informacional, ou seja, a sintaxe interna das ilhas.

Conforme mencionado acima, para atestar a existência das ilhas, recorre-se a testes que omitem o componente prosódico. Considerando que a prosódia ocupa uma posição importante na proposta, pressupõe-se que tal componente deveria servir também como base para demonstrar o estabelecimento das ilhas sintático-semânticas, no sentido de constituir algo a ser explorado como suporte à proposta. Em outras palavras, na abordagem da L-AcT, a sintaxe da fala é ancorada no componente prosódico, que atua na construção das ilhas sintáticas, mas na demonstrabilidade desses construtos teóricos, esse componente é omitido, voltando-se assim a uma visão mais tradicional da sintaxe, o que revela, por outro lado, a fundamental importância do estudo da sintaxe interna das ilhas, isto é, a sintaxe localizada no nível lexical. Provavelmente, para a efetiva atestação da noção das ilhas sintático-semânticas, seria necessário o desenvolvimento de outros tipos de demonstração, seguindo a adoção de diferentes metodologias, sobretudo na esfera da experimentação.

Cresti (2014) posiciona sua abordagem numa perspectiva do ponto de vista da produção, desconsiderando uma análise do ponto de vista interpretativo, conforme indica o trecho abaixo:

(...) a hipótese de mecanismos sintáticos governando a regência sintática entre os enunciados e para além da atividade do falante é uma análise do ponto de vista do ouvinte. A L-AcT não está interessada numa reconstrução *a posteriori* de possíveis ligações sintáticas no texto falado que não consideram como a fala é realizada (CRESTI, 2014, p. 407, grifo da autora).<sup>27</sup>

A crítica de Cresti (2014) relatada nessa passagem diz respeito às análises que tentam recuperar ligações sintáticas inexistentes em dados que apresentam, por exemplo, uma articulação TOP-COM, mas que

---

<sup>27</sup> Tradução nossa do original: “(...) the hypothesis of syntactic mechanisms governing regency across utterances and beyond speaker activity, is an analysis from the point of view of the hearer, L-AcT is not interested in the *a posteriori* reconstruction of possible syntactic links in spoken text which do not consider how speech is performed”.

não exibem elementos que evidenciem tais relações, como no exemplo 4.6, em que não se pode reconstruir uma preposição entre os nomes. Contudo, mesmo que a análise não seja direcionada a reconstruir elos sintáticos que não foram realizados no momento da produção, a proposta de demonstração acerca do postulado que foi analisado segundo o ponto de vista da produção segue um critério de validação de um ponto de vista interpretativo do ouvinte, que busca recuperar, por meio de seu julgamento como falante nativo, a gramaticalidade de uma construção sintática transformada, sem o auxílio da prosódia. Esse fato revela, como já discutido, o reconhecimento de dois níveis muito distintos que estão em interação. Todavia, a interatividade que é estabelecida entre esses níveis não constituiria uma base para assumir que haja uma relação isomórfica em que um atua para anular a potencialidade do outro.

Em uma passagem interessante, Cresti (2011) reconheceria que a sintaxe interna das ilhas pertence a um domínio de atividade cognitivo ao afirmar que

[q]uando o falante coloca em ação algum material linguístico com certa função informacional, ele se comporta de forma pragmática e seu *input* fundamental é um sentimento para com o destinatário; essa atividade pertence ao ato ilocucionário. Quando o falante realiza uma configuração sintática e uma composição semântica, ele desenvolve uma atividade cognitiva e computacional que pertence ao ato locucionário. Mesmo que a ilocução e a locução sejam simultâneas à realização do mesmo ato de fala, elas se referem a faculdades diferentes (CRESTI, 2011, p. 55, grifo nosso).<sup>28</sup>

De um lado, a autora se alinha a uma posição de extensa e notória tradição, reconhecendo que o nível das relações constitutivas da sintaxe tem na sua base uma atividade cognitiva, por outro lado falta um modelo teórico que dê sustentação a uma proposta de análise e esclarecimento de fenômenos relacionados a esse nível de elaboração, tendo em vista que a

---

<sup>28</sup> Tradução nossa do original: “When the speaker puts in action some linguistic material with a certain information function, he behaves in a way pragmatically motivated and his fundamental input is an affect toward the addressee; this activity belongs to the illocutionary act. When the speaker performs a syntactic configuration and a semantic composition, he develops a cognitive and computational activity which belongs to the locutionary act. Even if the illocution and the locution are simultaneous in the performance of the same speech act, they concern different faculties”.

L-AcT é um modelo restrito a um âmbito específico e distante de questões relativas ao processo de elaboração e de construção da localidade sintática.

O estatuto que a sintaxe recebe na L-AcT está condicionado pela pragmática via componente prosódico, que instaura as chamadas ilhas sintático-semânticas. A pragmática é, por definição, um componente não só essencial mas também parte constitutiva do processo comunicativo oral, isto é, não é possível desvincular os aspectos pragmáticos da comunicação entre dois ou mais interlocutores compartilhando o *hic et nunc*. Deste modo, a pragmática via componente prosódico fornece a interpretabilidade do enunciado, algo que está na base explicativa das unidades informacionais como veículos, por parte do locutor, de construção pragmática e de transmissão do enunciado e, por parte do interlocutor, de interpretação da unidade de referência da fala conjuntamente com suas unidades internas. A sintaxe, por seu turno, fornece a gramaticabilidade do nível locucionário do enunciado, organizando-o em unidades hierárquicas. Logo, o estatuto da sintaxe não deveria ser condicionado por um componente que determina a interpretabilidade, e não a gramaticabilidade, do enunciado. São dois âmbitos distintos na esfera da organização linguística, onde atuam diferentes subcomponentes a fim de regular o uso efetivo e adequado do enunciado na cadeia da fala. À medida em que se desloca o âmbito da interpretabilidade para se definir o estatuto de um componente responsável pelo âmbito da gramaticabilidade, tornando-o impossibilitado de exercer seu papel, gera-se certa irregularidade conceitual.

Toda a discussão feita até aqui mostra que o componente sintático ocupa um nível altamente governado pela prosódia e pela estrutura informacional. O ganho desse posicionamento se reflete numa abordagem coerente com a diamesia da fala. Ou seja, a L-AcT mostra que a unidade de referência da fala não é regida por princípios sintáticos, mas pela prosódia, portanto o ganho se reflete em considerar esse aspecto em detrimento de uma abordagem que considere o enunciado como uma sentença falada, por exemplo. A perda, entretanto, fica mais evidente quando se analisam dados em que a prosódia e a estrutura informacional não dirimem a dependência sintática entre os constituintes. Na L-AcT, contudo, esses casos são contornados com um postulado que permite não a recuperação de uma relação sintática, mas a realização da articulação completa do enunciado ou o seu *output* final – casos em que ocorre a chamada padronização. Contudo, o fato de que a prosódia governe o

estabelecimento da estrutura informacional e da unidade de referência da fala não faz com que esse componente assuma automaticamente o papel de marcar níveis de dependência sintática.

Uma relação de interface entre os componentes informacional e sintático seria uma saída mais viável para o problema em questão. Tal relação, por definição, não envolve a completa subordinação de um componente sobre o outro. Numa relação de interface há uma interconexão entre os níveis, sem que estejam necessariamente numa relação isomórfica. É uma relação de interface entre aspectos sintático-cognitivos que permitiria, por exemplo, que haja alguma restrição lexical no TOP (cf. KUMASHIRO; LANGACKER 2003). Ressalta-se que pode haver alguma indagação a esse respeito, isto é, considerando que haja alguns elementos barrados em TOP, haveria assim uma justificativa para o estatuto de ilha atribuído a essa unidade. Sem embargo, é preciso dizer que um fator não está correlacionado ao outro, ou seja, haver elementos que aparentemente são barrados em TOP não seria uma justificativa para considerar essa unidade como uma ilha. Observe que a restrição que implica que alguns elementos não ocorram em TOP se deve à função cognitiva que essa unidade estabelece com o COM, que envolve a formação de um domínio de relevância, conforme apontam Cresti e Moneglia (2010). A prosódia não constitui uma barreira articulatória para a realização de qualquer elemento barrado nessa unidade, ao contrário, por exemplo, das unidades dialógicas, em que não só funcionalmente, mas também prosodicamente seria impossível realizar uma articulação sintaticamente complexa em seus domínios, no sentido da elaboração de uma sentença completa com argumentos e adjuntos, por exemplo.

O isomorfismo que a L-AcT propõe entre a unidade informacional e o componente sintático na fala ressalta a ideia de que há um alinhamento completo entre a sintaxe e a estrutura informacional. Nesse tipo de análise, o componente sintático é governado pela organização informacional sendo veiculada pela prosódia, de onde emergem as unidades informacionais no enunciado, que, por sua vez, restringem o conteúdo locutivo em forma de ilhas sintático-semânticas. A sintaxe é concebida, por conseguinte, como um nível de fragmentos sintagmáticos locais que têm sua natureza hierárquica determinada pelo componente pragmático que se desenvolve em termos de estruturação informacional. Contudo, buscou-se mostrar os problemas que essa concepção pode trazer, considerando a gama de contraexemplos que ocorrem na fala espontânea.

Ademais, a abordagem da L-AcT para o estudo da sintaxe da fala apresenta um caráter determinístico em seu núcleo teórico, tendo em vista que considera, por exemplo, que sempre que houver elementos em unidade de TOP, eles necessariamente não estabelecerão relações sintáticas com os elementos subsequentes do enunciado. Contudo, a natureza da linguagem e de sua estrutura sintática não parece obedecer, em sua totalidade, a critérios determinísticos. Vários estudos têm mostrado que uma abordagem probabilística seria mais coerente com a investigação dos aspectos sintáticos oriundos de dados empíricos de *corpora* tanto de fala quanto de escrita (cf. MANNING, 2003; VOGELS; VAN BERGEN, 2017; SZMRECSANYI *et al.*, 2017, entre outros). A abordagem probabilística traz diversas vantagens e procura refletir uma interpretação coesa com a natureza dos fenômenos. Acreditamos, portanto, que esse seja um caminho interessante para a investigação da sintaxe da fala.

### **Considerações finais**

Foi investigada, neste estudo, a abordagem da L-AcT para o estudo da sintaxe da fala. A inspeção dos dados apresentados abriu caminho tanto para críticas relacionadas aos postulados teóricos estabelecidos por E. Cresti, quanto para a proposta de uma nova abordagem metodológica no âmbito da L-AcT. Submetida a uma análise qualitativa dos dados empíricos e tipológicos, verificou-se que a proposta da L-AcT deixa de interpretar informações importantes sobre a relação estrutura informacional-sintaxe. Um ponto que se mostrou crucial nesse sentido é o fato de que as relações sintáticas são capazes de ultrapassar as fronteiras das unidades informacionais, o que conduz ao reconhecimento da relação não isomórfica entre a estrutura informacional e o componente sintático da linguagem. Isso nos levou a defender que a sintaxe da fala seria melhor explorada por meio de análises probabilísticas.

Acreditamos que considerar que a sintaxe da fala obedece a critérios probabilísticos pode ajudar a esclarecer vários fenômenos envolvendo a interface entre a estrutura informacional e os elementos morfossintáticos distribuídos ao longo das unidades informacionais, uma vez que as relações sintáticas podem ultrapassar as fronteiras de tais unidades, conforme argumentado neste estudo. Um exemplo seria determinar qual a chance de que NPs em TOP sejam sujeito sintáticos

do conteúdo de COM ou de que sejam anacolutos, não participando assim de uma relação de predicação direta com o elemento em TOP. Para isso, é preciso selecionar as eventuais variáveis que estariam incidindo sobre o fenômeno, bem como o(s) método(s) estatístico(s) para o cálculo da probabilidade. A partir dos resultados, seria possível estabelecer generalizações e explicações teóricas sobre o fenômeno, podendo fazer-se uso adicionalmente de outros arcabouços teóricos para o enriquecimento da argumentação. Dentro dessa perspectiva, uma gama de fenômenos podem ser explorados também em complementação com outras metodologias que permitam o uso de métodos estatísticos, como a abordagem experimental. Dessa maneira, torna-se possível uma compreensão mais robusta dos fenômenos linguísticos que envolvem a interface entre prosódia e sintaxe.

### Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), a quem o autor agradece. O autor também agradece os comentários e as sugestões dos dois pareceristas anônimos.

### Referências

ANDREWS, A. The Major Functions of the Noun Phrase. In: SHOPEN, T. (ed.). *Language Typology and Syntactic Description*. Volume I: Clause Structure. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 132-223. Doi: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511619427.003>

AUSTIN, J. L. *How to Do Things with Words*. Oxford: Oxford University Press, 1962.

AUSTIN, P. Switch-Reference in Australia. *Language*, [S.l.], v. 57, n. 2, p. 309-334, 1981. Doi: <https://doi.org/10.2307/413693>

ÁVILA, L. *Modalidade em perspectiva: estudo baseado em corpus oral do Português Brasileiro*. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

BALLY, C. *Linguistique générale et linguistique française*. Bern: Francke Verlag, 1950.

BARÐDAL, J. Construction-Specific Properties of Syntactic Subjects in Icelandic and German. *Cognitive Linguistics*, Birmingham, v. 17, n. 1, p. 39-106, 2006. Doi: <https://doi.org/10.1515/COG.2006.002>

BOSSAGLIA, G. Interface entre sintaxe e articulação informacional na fala espontânea: uma comparação baseada em corpus entre português e italiano. *Caligrama*, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 35-60, 2014. Doi: <https://doi.org/10.17851/2238-3824.19.2.35-60>

BOSSAGLIA, G. Pragmatic orientation of syntax in spontaneous speech: A corpus-based comparison between Brazilian Portuguese and Italian. *CHIMERA: Romance Corpora and Linguistic Studies*, Madrid, v. 2, p. 1-34, 2015a.

BOSSAGLIA, G. Orientação pragmática da sintaxe na fala espontânea: uma análise corpus-based da subordinação completiva e adverbial no português do Brasil. *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, v. 9, n. 5, p. 309-335, 2015b. Doi: <https://doi.org/10.14393/DLE-v9n5a2015-16>

CAVALCANTE, F. *The Topic Unit in Spontaneous American English: A Corpus-Based Study*. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

CAVALCANTE, F.; RASO, T.; RAMOS, A. *American English Informationally Tagged Minicorpus*. 2018. Disponível em: <http://c-oral-brasil.org/>. Acesso em: 26 set. 2019.

CREISSELS, D. A Typology of Subject Marker and Object Marker Systems in African Languages. In: VOELTZ, F. (ed.). *Studies in African Linguistic Typology*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2005. p. 445-459.

CRESTI, E. *Corpus di Italiano parlato*. Firenze: Accademia della Crusca, 2000.

CRESTI, E. The Definition of Focus in Language into Act Theory (LAcT). In: MELLO, H.; PANUNZI, A.; RASO, T. (ed.). *Pragmatics and Prosody: Illocution Modality, Attitude, Information Patterning and Speech Annotation*. Firenze: Firenze University Press, 2011. p. 39-82.

CRESTI, E. Syntactic Properties of Spontaneous Speech in the Language into Act Theory: Data on Italian Complements and Relative Clauses. In: RASO, T.; MELLO, H. (ed.). *Spoken Corpora and Linguistic Studies*.

Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2014. p. 365-410. Doi: <https://doi.org/10.1075/scl.61.13cre>

CRESTI, E.; MONEGLIA, M. *C-ORAL-ROM: Integrated Reference Corpora for Spoken Romance Language*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2005. Doi: <https://doi.org/10.1075/scl.15>

CRESTI, E.; MONEGLIA, M. Informational Patterning Theory and the Corpus-Based Description of Spoken Language. The Compositionality Issue in the Topic-Comment Pattern. In: MONEGLIA, M.; PANUNZI, A. (ed.). *Bootstrapping Information from Corpora in a Cross-Linguistic Perspective*. Firenze: Firenze University Press, 2010. p. 13-46. Doi: [https://doi.org/10.26530/OAPEN\\_343705](https://doi.org/10.26530/OAPEN_343705)

CRYSTAL, D. *The English Tone of Voice*. London: Edward Arnold, 1975.

DUTTON, T. A Koita Grammar Sketch and Vocabulary. In: DUTTON, T. (ed.). *Studies in Languages of Central and South-east Papua*. Canberra: Department of Linguistics, RSPacS, Australian National University, 1975. p. 281-412.

FAUCONNIER, G. *Mental Spaces: Aspects of Meaning Construction in Natural Language*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1985.

HAIMAN, J.; MUNRO, P. (ed.). *Switch-Reference and Universal Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1983. Doi: <https://doi.org/10.1075/tsl.2>

HIRST, D. UK Declarative Rises and the Frequency Code. In: HANCIL, S.; HIRST, D. (ed.). *Prosody and Iconicity*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2013. p. 149-160. Doi: <https://doi.org/10.1075/ill.13.08hir>

HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (ed.). *The Oxford Handbook of Construction Grammar*. New York: Oxford University Press, 2013. Doi: <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780195396683.013.0001>

JACOBSEN, W. Switch-Reference in Hokan-Coahuiltecan. In: HYMES, D.; BITTLE, W. (ed.). *Studies in Southwestern Ethnolinguistics*. Haia: Mouton, 1967.

KARCEVSKY, S. Sur la phonologie de la phrase. In: *Travaux du Cercle linguistique de Prague IV*. [S.l.]: [S.n.], 1931. p. 188-228.



KARLSSON, F. *Finnish: An Essential Grammar*. 2. ed. London; New York: Routledge, 2008.

KUMASHIRO, T.; LANGACKER, R. Double-Subject Constructions. *Cognitive Linguistics*, Birmingham, v. 14, n. 1, p. 1-45, 2003. Doi: <https://doi.org/10.1515/cogl.2003.001>

LANGA, D. *Morfofonologia do verbo em changana*. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2012.

LYNCH, J. Switch-Reference in Lenakel. In: HAIMAN, J.; MUNRO, P. (ed.). *Switch-Reference and Universal Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1983. p. 209-222. Doi: <https://doi.org/10.1075/tsl.2.12lyn>

MANNING, C. Probabilistic Syntax. In: BOD, R.; HAY, J.; JANNEDY, S. (ed.). *Probabilistic Linguistics*. Cambridge, MA: MIT Press, 2003. p. 289-341.

MELLO, H. Os corpora orais e o C-ORAL-BRASIL. In: RASO, T.; MELLO, H. (org.). *C-ORAL-BRASIL I: Corpus de referência do português brasileiro falado informal*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 31-54.

MELLO, H. Methodological Issues for Spontaneous Speech Corpora Compilation: The Case of C-ORAL-BRASIL. In: RASO, T.; MELLO, H. (ed.). *Spoken Corpora and Linguistic Studies*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2014. p. 27-68. Doi: <https://doi.org/10.1075/scl.61.01mel>

MELLO, H. *Estudo empírico da fala baseado em corpus*. 2016. Tese (Concurso de professor titular) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

MELLO, H.; RASO, T. Illocution, Modality, Attitude: Different Names for Different Categories. In: MELLO, H.; PANUNZI, A.; RASO, T. (ed.). *Pragmatics and Prosody: Illocution, Modality, Attitude, Information Patterning and Speech Annotation*. Firenze: Firenze University Press, 2011. p. 1-18.

MILLER, J. *A Critical Introduction to Syntax*. London: Continuum, 2011.

MITTMANN, M. *O C-ORAL-BRASIL e o estudo da fala informal: um novo olhar sobre o Tópico no Português Brasileiro*. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MONEGLIA, M.; CRESTI, E. L'intonazione e i criteri di trascrizione del parlato adulto e infantile. In: BORTOLINI, U.; PIZZUTO, E. (ed.). *Il Progetto CHILDES Italia*. Pisa: Del Cerro, 1997. p. 57-90.

MONEGLIA, M.; RASO, T. Notes on Language into Act Theory (L-AcT). In: RASO, T.; MELLO, H. (ed.). *Spoken Corpora and Linguistic Studies*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2014. p. 468-495. Doi: <https://doi.org/10.1075/scl.61.15mon>

MÜLLER, S. Scrambling in German – Extraction in the Mittelfeld. In: PACIFIC ASIA CONFERENCE ON LANGUAGE, INFORMATION AND COMPUTATION, 10<sup>th</sup>, 1995. Hong Kong. *Proceedings [...]*. Hong Kong: City University of Hong Kong, 1995. p. 79-83.

NESPOR, N.; SANDLER, W. Prosody in Israeli Sign Language. *Language and Speech*, [S.l.], v. 42, n. 2, p. 143-176, 1999. Doi: <https://doi.org/10.1177/00238309990420020201>

NGUNGA, A. *Introdução à linguística bantu*. 2. ed. Maputo: Imprensa Universitária da Universidade Eduardo Mondlane, 2014.

NGUNGA, A.; SIMBINE, M. *Gramática descritiva da língua changana*. Maputo: CEA; UEM, 2012.

PANUNZI, A.; MITTMANN, M. The IPIC Resource and a Cross-Linguistic Analysis of Information Structure in Italian and Brazilian Portuguese. In: RASO, T.; MELLO, H. (ed.). *Spoken Corpora and Linguistic Studies*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2014. p. 129-151. Doi: <https://doi.org/10.1075/scl.61.05pan>

QUINE, W. V. *Philosophy of Logic*. Cambridge; London: Harvard University Press, 1970.

RASO, T.; MELLO, H. (org.). *C-ORAL-BRASIL I: corpus de referência do português falado informal*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

REGO, S. *Descrição sistémico-funcional da gramática do modo oracional das orações em Nyungwe*. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

ROSS, J. *Constraints on Variables in Syntax*. 1967. Tese (Doutorado) – Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 1967.

SANDLER, W. Prosody and Syntax in Sign Language. *Transactions of the Philological Society*, [S.l.], v. 108, n. 3, p. 298-328, 2010. Doi: <https://doi.org/10.1111/j.1467-968X.2010.01242.x>

SCHMIDT, T. The Research and Teaching Corpus of Spoken German – FOLK. In: CONFERENCE ON INTERNATIONAL LANGUAGE RESOURCES AND EVALUATION (*LREC '14*), 9<sup>th</sup>, 2014, Reykjavic. *Proceedings* [...]. Reykjavic: European Language Resources Association (ELRA), 2014. p. 383-387.

SCHWEGLER, A. Predicate Negation in Contemporary Brazilian Portuguese – A Change in Progress. *Orbis*, [S.l.], v. 34, p. 187-214, 1991. Doi: <https://doi.org/10.2143/ORB.34.0.2013017>

SILVA, L. F. L. *Negação verbal no português brasileiro: aspectos teórico-metodológicos em estudo baseado em corpus*. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SILVA, L. F. L.; MELLO, H. Constraints on the Usage of Verbal Negation in Brazilian Portuguese – Evidence from a Spoken Corpus. *Káñina*, San José – Costa Rica, v. 40, n. 1, p. 71-82, 2016a. Doi: <https://doi.org/10.15517/rk.v40i1.24140>

SILVA; L. F. L.; MELLO, H. The pragmatics of verbal negation in Brazilian Portuguese: Hypothesis testing with corpus data. *CHIMERA: Romance Corpora and Linguistic Studies*, Madrid, v. 3, p. 311-323, 2016b.

SILVA, L. F. L.; MELLO, H. Predicate negation in spoken Brazilian Portuguese: Pragmatic analysis based on corpus data. In: DE MEO, A.; DOVETTO, F. M. (ed.). *La comunicazione parlata/Spoken communication*. Roma: Aracne editrice, 2017. p. 375-391.

SZMRECSANYI, B.; GRAFMILLER, J.; BRESNAN, J.; ROSENBACH, A.; TAGLIAMONTE, S.; TODD, S. Spoken Syntax in a Comparative Perspective: The Dative and Genitive Alternation in Varieties of English. *Glossa: A Journal of General Linguistics*, Leiden, n. 2, v. 1, p. 1-27, 2017. Doi: <https://doi.org/10.5334/gjgl.310>

VOGELS, J.; VAN BERGEN, G. Where to Place Inaccessible Subjects in Dutch: The Role of Definiteness and Animacy. *Corpus Linguistics and Linguistic Theory*, [S.l.], n. 13, v. 2, p. 369-398, 2017. Doi: <https://doi.org/10.1515/cllt-2013-0021>

ZELLER, J. On the Subject Marker in Kinyarwanda. *Southern African Linguistics and Applied Language Studies*, [S.l.], v. 26, n. 4, p. 407-428, 2008a. Doi: <https://doi.org/10.2989/SALALS.2008.26.4.1.673>

ZELLER, J. The Subject Marker in Bantu as an Antifocus Marker. *Stellenbosch Papers in Linguistics*, Stellenbosch, v. 38, p. 221-254, 2008b. Doi: <https://doi.org/10.5774/38-0-31>